

**Implementação do Modelo da Economia Verde no Desenvolvimento  
Sustentável: Caso de MOÇAMBIQUE, 2013 –2023**

Por:

**Ercílio Paulo Cuamba**

**FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

Maputo, Setembro de 2025

**Ercílio Paulo Cuamba**

**Implementação do Modelo da Economia Verde no Desenvolvimento  
Sustentável: Caso de MOÇAMBIQUE, 2013 –2023**

Trabalho de Monografia submetido em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

Supervisor: **Dr António Focas Mauvilo, MSc.**

Maputo, Setembro de 2025

## **DECLARAÇÃO**

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que submeto para obtenção de um grau académico numa instituição educacional.

Maputo, aos \_\_\_\_\_ de Setembro de 2025

---

(Ercílio Paulo Cuamba)

## **Aprovação do Júri**

Este trabalho foi aprovado no dia \_\_\_\_\_ de Outubro de 2025 com a classificação de \_\_\_\_\_ valores, por nós, membros do júri examinador nomeado pela Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane.

---

(Presidente do Júri)

---

(Arguente)

---

(Supervisor)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho do fim do curso especialmente

Aos meus pais, *Paulo Cuamba e Maria Salva*

Aos meus filhos, *Edmilson e Shelsia Cuamba*

A minha esposa, *Clarinda Reginaldo*,

Aos meus irmãos, *Leonelte, Alcina e Hélder*

que incansavelmente me apoiaram moralmente.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela força que me deu durante os anos que estive nesta Universidade e na faculdade de Economia em particular a frequentar este curso.

O meu especial agradecimento vai para o meu supervisor, *Dr António Focas Mauvilo, MSc*, pela orientação, atenção e tempo que dedicou para a efectivação deste trabalho. Dr., do fundo do meu coração, muitíssimo Kxanimambo.

À minha família que, com imensas dificuldades, conseguiram me proporcionar o apoio moral para a elaboração deste trabalho.

Agradeço ao Ministério de Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), as comunidades de Infulene e Beluluane por ter facultado a informação necessária para a elaboração deste trabalho.

A todos os docentes, colegas e funcionários da Faculdade de Economia, o meu muito obrigado pelos ensinamentos transmitidos ao longo dos anos de formação.

A todos que directa ou indirectamente contribuíram para que este trabalho se realizasse, o meu sincero agradecimento.

## ÍNDICE

<b>DECLARAÇÃO</b> .....	i
<b>DEDICATÓRIA</b> .....	iii
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	iv
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	viii
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	ix
<b>LISTA DE ANEXOS</b> .....	ix
<b>LISTA DE ABREVIATURAS</b> .....	x
<b>RESUMO</b> .....	xii
<b>ABSTRACT</b> .....	xiii
<b>CAPITULO I: INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1.1. Contextualização</b> .....	1
<b>1.2. Problema da Pesquisa</b> .....	3
<b>1.3. Hipóteses</b> .....	4
<b>1.4. Justificativa da Pesquisa</b> .....	4
<b>1.5. Fundamentação do Tema da Pesquisa</b> .....	5
<b>1.6. Objectivos</b> .....	5
<b>1.6.1. Objectivo geral</b> .....	5
<b>1.6.2. Objectivos específicos</b> .....	5
<b>1.7. Enquadramento da pesquisa</b> .....	6
<b>1.8. Estrutura do Trabalho</b> .....	6
<b>CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	7

<b>2.1. Economia Verde</b> .....	7
<b>2.1.1. Conceito, Princípios, Instrumentos e Políticas</b> .....	8
<b>2.1.2. Economia Verde em Moçambique</b> .....	11
<b>2.1.2.7. Situação Actual da transição para uma economia verde em Moçambique</b> .....	17
<b>2.2. Desenvolvimento Sustentável</b> .....	18
<b>2.2.1. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável</b> .....	19
<b>2.2.2. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável</b> .....	23
<b>2.3. Situação Actual de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique</b> .....	24
<b>2.3.1. Contexto económico</b> .....	25
<b>2.3.2. Contexto social</b> .....	25
<b>2.3.3. Contexto ambiental</b> .....	27
<b>2.4. Políticas e Estratégias adoptadas em Moçambique relacionadas a Economia Verde</b> .....	27
<b>2.5. Casos de Sucesso da Implementação da Economia Verde no Desenvolvimento Sustentável</b> .	28
<b>2.6. Estudos Empíricos</b> .....	30
<b>2.7. Avaliação Crítica da Literatura Revista</b> .....	33
<b>CAPÍTULO 3: METODOLOGIA</b> .....	34
<b>3.1. Tipo de Pesquisa</b> .....	34
<b>3.2. População e Amostra</b> .....	34
<b>3.2.1. População</b> .....	34
<b>3.2.2. Amostra</b> .....	35

<b>3.3. Instrumento de recolha de dados.....</b>	<b>35</b>
<b>3.3.1. Dados Secundários.....</b>	<b>35</b>
<b>3.3.2. Dados Primários.....</b>	<b>36</b>
<b>3.4. Técnica de Análise de Dados.....</b>	<b>37</b>
<b>3.5. Operacionalização da Pesquisa.....</b>	<b>38</b>
<b>3.5.1. Identificação das políticas e estratégias existentes em Moçambique relacionadas a economia verde.....</b>	<b>38</b>
<b>3.5.2. Avaliação do impacto potencial da implementação do modelo da economia verde no desenvolvimento económico, social e ambiental.....</b>	<b>38</b>
<b>3.5.3. Proposta de recomendações para a efectiva implementação do modelo de economia verde em Moçambique.....</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>40</b>
<b>4.1. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO INQUERIDA .....</b>	<b>40</b>
<b>4.2. RESULTADOS DO INQUÉRITO DIRIGIDO AOS TÉCNICOS DO SECTOR PÚBLICO E ONG .....</b>	<b>41</b>
<b>4.3. RESULTADOS DO INQUÉRITO DIRIGIDO À COMUNIDADE .....</b>	<b>45</b>
<b>4.3.1. Sobre conceito da Economia Verde.....</b>	<b>45</b>
<b>4.3.2. Impacto no Desenvolvimento Económico, Social e Ambiental .....</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO e RECOMENDAÇÃO .....</b>	<b>59</b>
<b>5.1. CONCLUSÃO.....</b>	<b>59</b>
<b>5.2. RECOMENDAÇÃO .....</b>	<b>61</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>62</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 4.3.1.1: Percepção sobre o conceito de economia verde.....</b>	<b>46</b>
<b>Gráfico 4.3.1.2: MEIO DE COMUNICAÇÃO.....</b>	<b>47</b>
<b>Gráfico 4.3.1.3: Práticas ligadas a economia verde .....</b>	<b>48</b>
<b>Gráfico 4.3.1.4: Acções que Estimulam Economia Verde na Comunidade.....</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 4.3.1.5: Práticas Sustentáveis Implementadas na Comunidade .....</b>	<b>49</b>
<b>Gráfico 4.3.1.6: Contribuição das Práticas Sustentáveis para o Desenvolvimento Sustentável .....</b>	<b>50</b>
<b>Gráfico 4.3.1.7: Parceiros que apoiaram na Implementação do modelo de EV na comunidade.....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico 4.3.2.1: Progresso com a implementação de economia verde .....</b>	<b>52</b>
<b>Gráfico 4.3.2.2: Sectores que demonstraram Progresso.....</b>	<b>53</b>
<b>Gráfico 4.3.2.3: Impacto Económico .....</b>	<b>54</b>
<b>Gráfico 4.3.2.4: Impacto Ambiental.....</b>	<b>55</b>
<b>Gráfico 4.3.2.5: Contribuição Social .....</b>	<b>56</b>
<b>Gráfico 4.3.2.6: Impacto na Dimensão Ambiental, Económico e Social .....</b>	<b>57</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 2.1: Pilares de Economia verde em Moçambique.....</b>	<b>12</b>
<b>Tabela 2.2: Políticas e Estratégias Adoptadas em Moçambique relacionadas a EV .....</b>	<b>28</b>
<b>Tabela 2.3: Casos de sucesso da Implementação da EV no DS .....</b>	<b>29</b>
<b>Tabela 4.1: Característica SócioDemográfica dos Entrevistados.....</b>	<b>40</b>

## LISTA DE ANEXOS

<b>ANEXO 1: ENTREVISTA.....</b>	<b>65</b>
<b>ANEXO 2: QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>68</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CO2	Dióxido de Carbono
CSD	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
DS	Desenvolvimento Sustentável
ENAMMC	Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Económico
EV	Economia Verde
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNAE	Fundo Nacional de Energia
GEE	Gases de Efeito Estufa
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável
INE	Instituto Nacional de Estatística
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
MAAP	Ministério de Agricultura, Ambiente e Pesca
MEF	Ministério de Economia e Finanças
MICOA	Ministério para a Coordenação da acção Ambiental
MISAU	Ministério da Saúde
MITUR	Ministério de Turismo
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEV	Plano de Acção para Economia Verde
PARP	Plano de Acção para Redução de Pobreza
PGA	Políticas de Gestão Ambiental
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Concentração de Poluentes
PNA	Política Nacional do Ambiente

PNAMC	Plano Nacional de Adaptação as Mudanças Climáticas
PNUD	Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento
PNDS	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável
PNUMA	Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente
PQG	Plano Quinquenal do Governo
PROMER	Programa de Agricultura Sustentável
REDD+	Reducing Emission from Deforestation and forest Degradation
TEEB	Economia de Ecossistemas e Biodiversidade
UNEP	United Nations Environment Programme
WB	World Bank
ZILMP	Programa de Gestão Integrada da Paisagem da Zambézia

## RESUMO

A pesquisa analisa a implementação do modelo de economia verde em Moçambique no período de 2013 a 2023, tendo como foco a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. Através de uma abordagem qualitativa e quantitativa, a pesquisa identifica avanços significativos na adopção de energias renováveis, gestão sustentável dos recursos e promoção de políticas climáticas. No entanto, destaca-se que o processo enfrenta desafios estruturais, como a limitação de financiamento, fraca capacitação institucional e baixa consciencialização pública. Para alcance deste objectivo recorreu-se ao questionário e com base em dados de políticas públicas, relatórios institucionais e iniciativas nacionais, busca-se compreender em que medida a transição para práticas económicas ambientalmente sustentáveis tem influenciado o crescimento económico, a inclusão social e a conservação dos recursos naturais, bem como, aplicou-se a ferramenta MS Excel para compactar os dados. Foi enviado o questionário a uma amostra intencional a três (3) especialistas na área de economia verde. Os resultados deste questionário conduziram a escolha das comunidades (duas), como parte incremental da amostra, totalizando 43 inquiridos. Os resultados sugerem que, apesar dos progressos, é necessário fortalecer os mecanismos de governação e mobilizar mais investimentos para garantir uma implementação eficaz e duradoura da economia verde em Moçambique.

**Palavras-chave:** economia verde; desenvolvimento sustentável; Moçambique; políticas públicas; transição ecológica.

## **ABSTRACT**

The research analyzes the implementation of the green economy model in Mozambique from 2013 to 2023, focusing on its contribution to sustainable development. Through a qualitative and quantitative approach, the study identifies significant progress in the adoption of renewable energy, sustainable resource management, and the promotion of climate policies. However, it highlights that the process faces structural challenges, such as limited funding, weak institutional capacity, and low public awareness. To achieve this objective, a questionnaire was used, and based on data from public policies, institutional reports, and national initiatives, the study seeks to understand the extent to which the transition to environmentally sustainable economic practices has influenced economic growth, social inclusion, and the conservation of natural resources. Additionally, the MS Excel tool was applied to organize and analyze the data. The questionnaire was sent to a purposive sample of three (3) experts in the field of the green economy. The results of this questionnaire led to the selection of two communities as an incremental part of the sample, totaling 43 respondents. The findings suggest that, despite progress, it is necessary to strengthen governance mechanisms and mobilize more investments to ensure an effective and sustainable implementation of the green economy in Mozambique.

**Keywords:** green economy; sustainable development; Mozambique; public policies; ecological transition.

## CAPITULO I: INTRODUÇÃO

A transformação para uma economia verde está emergindo como uma abordagem crucial para países em desenvolvimento como Moçambique. Actualmente, o país enfrenta desafios significativos na gestão de recursos naturais, pobreza e mitigação das mudanças climáticas.

A transição para uma economia verde pode não apenas promover o crescimento económico sustentável, mas também melhorar a inclusão social e proteger o meio ambiente, ajudando a alcançar o desenvolvimento sustentável e erradicar a pobreza, provocando menos impactos na extração dos recursos naturais.

### 1.1.Contextualização

O conceito de desenvolvimento sustentável foi amplamente formalizado no Relatório Brundtland, também conhecido como "**Nosso Futuro Comum**", publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Nesse relatório, o desenvolvimento sustentável foi definido como aquele que "satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades" (Brundtland, 1987). Desde então, a sustentabilidade tornou-se um princípio norteador para políticas globais e nacionais.

No contexto mundial, o desenvolvimento sustentável ganhou força com a adopção da Agenda 2030 das Nações Unidas em 2015, que estabeleceu os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). De acordo com Sachs (2015), esses objectivos formam um plano de acção universal para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir prosperidade para todos. A Agenda 2030 enfatiza a integração de três dimensões fundamentais: a económica, a social e a ambiental.

No âmbito das mudanças climáticas, o Acordo de Paris de 2015 foi um marco global para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ele compromete os países signatários a limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, exigindo compromissos ambiciosos em energias renováveis, eficiência energética e preservação ambiental (IPCC, 2018).

Moçambique, um país da África Austral, que possui uma área total de aproximadamente 801 590 quilómetros quadrados, composta por uma notável rede de áreas protegidas e reservas naturais, equivalente a 15% do território nacional, que desempenham um papel crucial na conservação da biodiversidade e na promoção do desenvolvimento sustentável do país (MITUR, 2006), tem enfrentando diversos desafios socioeconómicos, incluindo alta taxa de pobreza, desemprego, problemas de infraestruturas e impactos das mudanças climáticas, mas também possui um vasto potencial para implementar uma economia verde e sustentável, dada sua riqueza em recursos naturais e alta dependência de actividades económicas ligadas ao meio ambiente.

A exploração de recursos naturais tem sido tradicionalmente uma grande parte de sua economia, mas isso tem trazido consequências ambientais significativas, visto que, cerca de 80% da população total depende dos recursos naturais para sua subsistência. Estudos mostram que a elevada dependência da população moçambicana em relação aos recursos naturais, associado ao lento crescimento das florestas naturais pode levar a escassez dos recursos naturais num futuro próximo caso este cenário prevaleça (NHANTUMBO et al, 2009). Moçambique, como signatário da Agenda 2030 e do Acordo de Paris, adaptou suas políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável às suas realidades locais. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS) e a Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas (ENAMMC), Moçambique prioriza áreas como energias renováveis, resiliência climática, gestão sustentável de recursos naturais e agricultura sustentável (MICOA, 2012). A economia verde surge como uma alternativa que pode não apenas promover o desenvolvimento económico sustentável, mas também melhorar a resiliência do país face as mudanças climáticas, preservando o meio ambiente para as gerações futuras. Ademais, a transição para uma economia verde em Moçambique tem o potencial de promover o crescimento económico, a inclusão social e a conservação ambiental. Sachs (2020) argumenta que países em desenvolvimento como Moçambique podem se beneficiar economicamente ao investir em sectores verdes, como energias renováveis e ecoturismo, que geram empregos e reduzem a dependência de combustíveis fósseis.

## 1.2. Problema da Pesquisa

A economia verde é aparentemente um assunto novo para Moçambique, mas num passado recente, Moçambique viveu uma experiência relacionada com o conteúdo de uma economia verde.

Face a estas experiências, sustentadas pela constituição da República de 1990, que coloca a agricultura como base de desenvolvimento e indústria como factor dinamizador e decisivo para alavancar a economia, reduzindo a pobreza, o país tem envidado esforços para minimizar a problemática de desenvolvimento e pobreza, que não se efectiva, pois parece-nos que nos últimos 10 anos (2013 – 2023) a pobreza está cada vez mais a aumentar e o crescimento económico a reduzir, visto que, segundo ENDE, 2023, do MEF, “a taxa de pobreza subiu de 46,1% para 65,0% em toda a população, e pela instabilidade macroeconómica levaram a um abrandamento significativo do crescimento do PIB de 7,4% para 5,4%”. De salientar que desde 2020 (com uma taxa de -1,2%) à 2023 (com uma taxa de 5,4%) a taxa de crescimento económico tem estado a apresentar melhorias. E esta melhoria segundo PAEV (2013), “poderá estar associado à desbravação de florestas virgens, degradação de solos agrícolas, entre outros aspectos não desejados. A descoberta de depósitos de carvão mineral trouxeram outra oportunidade de aumentar a taxa de crescimento económico, porém, a actividade de extracção e utilização de carvão mineral é muitas vezes descrita como uma fonte de poluição e de emissão de gases de efeito estufa. Ao mesmo tempo, as descobertas de gás natural constituem oportunidades de utilização de energia limpa e com baixa poluição. Este conjunto de aspectos, aliados ao facto de os níveis de desenvolvimento social e a qualidade de infraestruturas ainda estarem longe do desejável, apresenta a Economia Verde como uma alternativa viável de mecanismo de planificação que transfere a riqueza do capital natural, sem causar riscos, investindo-o no capital físico (infraestruturas) e no capital humano. Esta é a meta do desenvolvimento sustentável onde se promove o equilíbrio entre os aspectos económicos, sociais e ambientais. Neste contexto, Moçambique deve procurar na Economia Verde a consecução dos objectivos da redução da pobreza definidos no PARP e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”.

Assim, face à importância estratégica do modelo de economia verde acima descrita, apresenta-se a seguinte problemática: *Como a implementação do modelo de economia verde pode contribuir para o desenvolvimento sustentável de Moçambique, considerando as actuais barreiras económicas, sociais e ambientais?*

### **1.3.Hipóteses**

**H1:** A implementação de políticas de economia verde em Moçambique, a conscientização e participação das comunidades locais e relação institucional coesa, contribui para uma melhoria significativa nos indicadores de desenvolvimento sustentável.

**H0:** A implementação de políticas de economia verde em Moçambique, a conscientização e participação das comunidades locais e relação institucional coesa, não contribui para uma melhoria significativa nos indicadores de desenvolvimento sustentável.

### **1.4.Justificativa da Pesquisa**

Actualmente, Moçambique enfrenta uma série de desafios ambientais, incluindo mudanças climáticas, desmatamento (deflorestação), poluição e perda de biodiversidade, Sociais e económicos, que inclui escassez de serviços básicos, como a saúde, educação, segurança, nutrição, segurança alimentar, transporte, água e saneamento, energia e agricultura, causando uma instabilidade social e económica na população, elevando deste modo, a incerteza na qualidade de vida, facto comprovado pelo IDH<sup>1</sup> (Índice de Desenvolvimento Humano) 2022, em que o país se encontra na posição 185º de um total de 189 países com um valor de 0,446. A implementação do modelo de economia verde pode ter um impacto positivo na promoção de práticas sustentáveis, como o melhoramento do bem-estar da sociedade, dos investimentos em energias renováveis, agricultura sustentável, turismo ecológico e tecnologias limpas, minimizando a situação em que o país se encontra, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento económico sustentável.

A pesquisa cobre o período de 2013 a 2023, pelo facto de ser neste em que o país assumiu o compromisso com o modelo de economia verde na conferência do Rio+20, rumo ao desenvolvimento sustentável. Bem como, foi neste período em que Moçambique assistiu pela primeira vez desde a sua independência um crescimento económico abaixo de 0.0% e um nível de extrema pobreza.

Este tema tem uma relevância social e científica, com intuito de salvaguardar o bem-estar da humanidade pensando em todas gerações, pois o modelo (economia verde) opera na sociedade com bases científicas. Assim, ela é relevante para a sociedade, uma vez que interessa-lhes saber quais as

---

<sup>1</sup> Mede a expectativa de uma pessoa viver uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um nível de vida decente, INE (2023)

políticas que o governo concebe para fazer face ao desenvolvimento sustentável e redução da pobreza no país, e a comunidade estudantil, porque poderá dotá-los de conhecimento sobre a economia verde no geral e em Moçambique em particular, de modo que futuramente saibam dos benefícios resultantes da implementação deste modelo da economia verde no país.

Geralmente esta pesquisa servirá para consciencializar os governantes das necessidades que vão aumentando a cada dia, no que concerne ao desenvolvimento. Podendo desta forma dar a conhecer a sociedade sobre a eficácia da implementação de alguns programas de desenvolvimento (como a economia verde) que o país emerge.

### **1.5.Fundamentação do Tema da Pesquisa**

PNUMA (2008), defende que o modelo de economia verde visa aumentar a actividade produtiva resultando em melhoria do bem-estar humano e da equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e ecológicos. Desde a concepção deste modelo por parte de Moçambique, observa-se um declínio no crescimento económico e níveis de pobreza cada vez mais alarmante (cerca de 68% dos moçambicanos vivem abaixo da linha da pobreza: ENDE), demonstrando desigualdades sociais. Deste modo, esta pesquisa é fundamental para avaliar os desafios que o país enfrenta na implementação deste modelo, entendermos porquê depois de uma década da implementação do modelo o gráfico mostra-se decrescente no crescimento económico, na melhoria do bem-estar, na equidade social, bem como na protecção ambiental e ecológica. Esta pesquisa fornecerá aos responsáveis da implementação deste modelo os caminhos que devem seguir para uma justiça social adequada.

### **1.6.Objectivos**

#### **1.6.1. Objectivo geral**

Analisar a implementação do modelo da economia verde em Moçambique para promover o desenvolvimento sustentável.

#### **1.6.2. Objectivos específicos**

1. Identificar as políticas e estratégias existentes em Moçambique relacionadas a economia verde;

2. Avaliar o impacto potencial da implementação do modelo da economia verde no desenvolvimento económico, social e ambiental;
3. Sugerir medidas para a efectiva implementação do modelo de economia verde.

### **1.7.Enquadramento da pesquisa**

A presente pesquisa enquadra-se no curso de Licenciatura em Economia, especificamente na disciplina de Economia do meio ambiente com o efeito em perceber a dinâmica dos modelos ou políticas que protegem e conservam o meio ambiente hoje, pensando na geração futura, beneficiando a população e o país em geral, a nível económico, social e ambiental.

### **1.8.Estrutura do Trabalho**

A estrutura deste trabalho, para além desta Introdução, é composta por mais quatro capítulos, nomeadamente, Revisão da Literatura, Metodologia, Apresentação e Discussão de Resultados e Conclusões e Recomendações.

O primeiro capítulo dá informações sobre a introdução. O segundo capítulo faz a revisão da literatura relevante relacionada com o tema de pesquisa. O terceiro capítulo apresenta e descreve os métodos e procedimentos de análise, incluindo os dados de análise. O quarto capítulo apresenta, interpreta e analisa os resultados do estudo. O último capítulo tece as conclusões do estudo e dá as recomendações do mesmo.

## **CAPÍTULO 2: REVISÃO DE LITERATURA**

Este capítulo destina-se a traçar algumas linhas orientadoras e pressupostos teóricos básicos em torno do tema, procurando dar-nos a conhecer de forma sumária o que se tem escrito sobre a economia verde. Também são apresentados algumas abordagens sobre o conceito de desenvolvimento e sua evolução.

### **2.1.Economia Verde**

Uma vez que as nações estão trabalhando duro para alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável de 2030, o conceito e a implementação da Economia Verde são inevitáveis.

De acordo com SILVA, et al (2013), A economia verde surge como uma temática central na conferência Rio+20, realizada em 2012, na cidade do Rio de Janeiro (ONU, 2011). Para Adams (1997) o termo surgiu na conferência Rio-92 e ganha maior notoriedade com a elaboração e divulgação pelo relatório do PNUMA (UNEP 2011). Belinky (2011), afirma que, em um intervalo muito pequeno tal termo atingiu um carácter consensual, sendo uma alternativa ao desenvolvimento sustentável, conceito consagrado no Rio de Janeiro em 1992. Tal efêmero sucesso a priori pode estar relacionado ao facto de a economia verde ter profunda relação às mudanças climáticas, baixo carbono, eficiência energética, energia renovável etc., principalmente no que se refere a relativizar a ênfase em clima depois de 2007, a biodiversidade e os ecossistemas que foram reincorporados no discurso da iniciativa TEEB (A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade, TEEB, na sigla em inglês), organizada pelo PNUMA e financiada pela Comissão Europeia. Para Tavares (2011, p.58) o termo economia verde:

“Reflecte quatro décadas de diálogo entre governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre o meio ambiente, economia e desenvolvimento, marcadas pela sequência de conferências globais sobre o assunto: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, a Rio 92 e a Rio+10 em 2002, às quais se soma o processo preparatório para a Rio+20.”

### 2.1.1. Conceito, Princípios, Instrumentos e Políticas

A ideia de economia verde surgiu recentemente e ganhou projecção cada vez mais acentuada por meio da conferência conhecida como Rio+20. Assim, PNUMA (2008) concebe Economia verde como um modelo de economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica. Segundo a Sociology Group (2020), o termo pode ser definido como uma economia de baixo carbono, eficiente em termos de recursos e socialmente inclusiva, que visa reduzir os riscos ambientais, gerir a escassez ecológica e visa o desenvolvimento sustentável sem prejudicar o meio ambiente. Basicamente, uma economia verde é impulsionada pelo desejo de alcançar o crescimento do emprego e da renda por meio de investimentos que garantam que as infraestruturas e os activos permitam reduzir as emissões de carbono e a poluição, que a eficiência energética e de recursos seja aprimorada e que a biodiversidade seja preservada.

#### 2.1.1.1. Princípios de Economia verde

Segundo PNUMA (2008), O conceito de economia verde baseia-se principalmente em diferentes princípios, tais como:

- **O Princípio do Bem-Estar** – Centra-se no crescimento da riqueza que apoiará o bem-estar de todos os cidadãos e é construído sobre a acção colectiva para os bens públicos, mas dá importância às escolhas individuais;
- **O Princípio da Justiça** – A economia verde visa promover a equidade dentro e entre as gerações. É inclusivo, não discriminatório e dá oportunidades iguais a todos;
- **O Princípio dos Limites Planetários** – Visa salvaguardar, restaurar e investir na natureza;
- **O Princípio da Eficiência e Suficiência** – Centra-se no apoio ao consumo sustentável, bem como à produção sustentável;
- **O Princípio da Boa Governação** – Uma economia verde é guiada por instituições integradas, responsáveis e resilientes proporcionando desenvolvimento sustentável em todos os aspectos;
- **O princípio da Inclusão** – Esta economia centra-se na tomada de decisões inclusivas e participativas;

- **O Princípio da Resiliência** – Visa a resiliência económica, social e ambiental;
- **O Princípio Inter-geracional** – Investe para o futuro.

### 2.1.1.2. Instrumentos de Economia Verde

O conceito de economia verde foi formulado na tentativa de mostrar que desenvolvimento sustentável e desenvolvimento económico não são contraditórios e que podem, inclusive, se tornarem complementares. Assim, não só os países desenvolvidos são capazes de adoptar esse modelo, mas também as economias em desenvolvimento como a moçambicana, têm essa possibilidade. Desta forma, em vez de ser um obstáculo ao desenvolvimento dos países, a transição para a economia verde deve contribuir na promoção desse crescimento, aplicando os seguintes instrumentos (PNUMA, 2008):

- **Mitigação:** acções que reduzem as emissões de gases do efeito estufa para evitar ou reduzir a incidência da mudança do clima. A mitigação pode ser uma escolha mais consciente no processo produtivo, como o uso de energia renovável ou a compensação das emissões com acções como o reflorestamento, que sequestra carbono da atmosfera;
- **Adaptação:** Conjunto de medidas que podem ser incorporadas para se ajustar aos efeitos do clima, na tentativa de evitar ou minimizar possíveis danos causados pelas mudanças climáticas (aumento de temperaturas, chuvas, incêndios, entre outros). A adaptação pode explorar possíveis oportunidades;

*Enquanto acções de mitigação actuam no sentido de reduzir o risco climático pela redução do perigo (no caso, redução de emissões de GEE que reduz a probabilidade de ocorrência de evento climático extremo), as acções de adaptação têm a possibilidade de influenciar o risco por meio da redução da vulnerabilidade e/ou exposição dos sistemas.*

- **Bioeconomia:** Geração de renda e riqueza a partir do desenvolvimento de produtos derivados de recursos biológicos com o uso de tecnologias inovadoras aplicadas a diferentes sectores, como farmacêutico, têxtil e de cosméticos, químicos e energia. A bioeconomia desponta como uma nova forma de se fazer a gestão do planeta a partir de ciência, tecnologia e inovação, tornando possível a substituição dos combustíveis fósseis e o desenvolvimento de uma nova indústria.

- **Serviços Ambientais:** Actividades que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços ecossistémicos.

### 2.1.1.3. Políticas de Economia Verde

As políticas de economia verde, envolvem uma série de medidas e estratégias que visam promover o desenvolvimento sustentável, a protecção ambiental e o crescimento económico. Segundo PNUMA, 2008, as principais políticas adoptadas a nível mundial para fazer face a transição para uma economia verde, são:

- **Incentivos fiscais e subsídios:** políticas que oferecem incentivos fiscais, como isenções de impostos para empresas que adoptam práticas ambientalmente sustentável, ou subsídios para investimentos em energias renováveis e tecnologias limpas;
- **Regulações ambientais:** estabelecimento de normas e regulamentações ambientais rigorosas para reduzir a poluição, promover a eficiência energética, proteger ecossistemas e recursos naturais, e garantir a sustentabilidade das actividades económicas;
- **Mercados de carbono:** implementação de sistema de comércio de emissões de carbono, nos quais as empresas podem comprar e vender créditos de carbono como forma de reduzir as emissões de gases de efeito estufa e promover a transição para uma economia de baixo carbono;
- **Inovação e pesquisa:** políticas que incentivam a inovação tecnológica e a pesquisa em áreas como energias renováveis, reciclagem de resíduos, agronegócios sustentáveis e mobilidade urbana, com o objetivo de impulsionar a criação de empregos verdes;
- **Educação e conscientização:** programas educacionais e de conscientização pública sobre a importância da sustentabilidade ambiental, promovendo práticas mais responsáveis e incentivando a participação do cidadão na construção de uma economia verde mais forte.

#### 2.1.1.3.1. Políticas de Economia Verde nos países em Desenvolvimento

De forma analítica, países em desenvolvimento, geralmente as políticas de economia verde, se concentram em promover o crescimento económico sustentável, a inclusão social e a protecção ambiental. Salientando algumas políticas adoptadas por esses países:

- **Incentivos para energias renováveis:** estabelecimento de programas e incentivos para o desenvolvimento e uso de energias renováveis, como a solar, eólica, hidroelétrica e biomassa, visando reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar as mudanças climáticas;
- **Agricultura sustentável:** promoção de práticas agrícolas sustentáveis, como agricultura orgânica, sistema de cultivo sustentável e manejo adequado de recursos hídricos e solos, visando garantir a segurança alimentar e reduzir o impacto ambiental da produção agrícola;
- **Gestão de resíduos:** implementação de políticas e programas de gestão de resíduos sólidos e reciclagem, visando reduzir a poluição e promover a economia circular, onde resíduos são reutilizados e reciclados como recursos;
- **Transporte sustentável:** desenvolvimento de infraestruturas e políticas de transporte público eficiente, incentivo ao uso de veículos elétricos e não poluentes, e planeamento urbano sustentável para reduzir as emissões de carbono e melhorar a qualidade de vida nas cidades;
- **Financiamento verde:** estabelecimento de mecanismos de financiamento verde, como fundos de investimento sustentável, linhas de créditos para projectos ambientalmente responsáveis e parcerias público-privadas para apoiar iniciativas de economia verde.

### 2.1.2. Economia Verde em Moçambique

A Economia Verde em Moçambique tem sido promovida pelo governo como uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável do país. Essa abordagem visa aumentar a eficiência económica, promovendo ao mesmo tempo a protecção ambiental e a inclusão social.

Em Moçambique, a maioria das actividades económicas, incluindo a subsistência da população, depende do capital natural disponível, tanto para o abastecimento em comida (agricultura), turismo, mineração, energia, madeira, pescado, entre outros. Essa realidade torna a transição para uma economia verde ainda mais crucial, uma vez que muitas comunidades dependem directamente dos recursos naturais para sua sobrevivência. Um estudo recente sobre a riqueza do país indica que o capital natural, renovável e não renovável, representa cerca de 49% do total da riqueza, dominado

pelos recursos do subsolo (41%), terra (30%) e recursos madeireiros (15%), o que está acima da média da África Subsaariana, que é de 24% (MICOA & AFD 2009).

A economia verde em Moçambique encontra-se num estágio de transição e desenvolvimento, com avanços significativos, mas também desafios persistentes. O país tem demonstrado um compromisso crescente com um modelo de desenvolvimento mais sustentável, impulsionado por factores como a abundância de recursos naturais, a vulnerabilidade aos efeitos das mudanças climáticas e a crescente conscientização sobre a importância da conservação ambiental (PAEV, 2013).

### 2.1.2.1. Pilares para Economia Verde em Moçambique

Os pilares da economia verde representam os fundamentos sobre os quais se constrói um modelo de desenvolvimento que concilia crescimento económico e preservação ambiental. São como os alicerces de um edifício, fornecendo a base sólida para a transição para um futuro mais sustentável.

**Tabela 2.1: Pilares de Economia verde em Moçambique**

<i>Pilares</i>	<i>Sectores</i>	<i>Importância</i>
<b>Capital Físico:</b> Infraestrutura sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Energia;</li> <li>• Transportes;</li> <li>• Água, sistemas de abastecimento e saneamento;</li> <li>• Cidades e assentamentos humanos.</li> </ul>	O capital físico é essencial para o funcionamento da economia e para garantir o acesso a serviços básicos.
<b>Capital Natural:</b> Uso eficiente e sustentável dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terra;</li> <li>• Agricultura;</li> <li>• Florestas;</li> <li>• Turismo e áreas de conservação;</li> <li>• Pesca;</li> <li>• Recursos minerais.</li> </ul>	O capital natural fornece os recursos essenciais para a vida e a produção, além de regular os processos ecológicos que sustentam o planeta.
<b>Capital Humano:</b> Fortalecimento da resiliência e capacidade de adaptação	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da resiliência e redução do risco de desastres;</li> <li>• Educação;</li> <li>• Emprego;</li> <li>• Saúde e população;</li> <li>• Equidade de género e empoderamento da mulher.</li> </ul>	Um capital humano qualificado e saudável é fundamental para impulsionar a inovação, aumentar a produtividade e promover o desenvolvimento social.

**Fonte:** PAEV, 2013, *Adaptado*

### **2.1.2.2.Princípios para a Economia Verde em Moçambique**

Os princípios da economia verde servem como bússola para orientar a transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável. São diretrizes que guiam as acções e as decisões, garantindo que a economia seja mais eficiente no uso dos recursos, socialmente inclusiva e ambientalmente responsável. Segundo PAEV (2013-2014), os princípios que orientam a transição para uma economia verde em Moçambique, são:

- O princípio da responsabilidade comum mas diferenciada;
- O princípio do direito soberano dos estados sobre seus recursos naturais;
- O princípio do direito ao desenvolvimento;
- O princípio da sustentabilidade;
- O princípio da eficiência no uso dos recursos naturais;
- O princípio da resiliência: capacidade social, ambiental e económica de adaptação a choques;
- O princípio da inclusividade: equidade inter-geracional, bem-estar social, e tomada de decisões transparentes com base na prestação do maior bem e mais ampla prosperidade.

### **2.1.2.3.Implementação da Economia Verde em Moçambique**

A implementação da economia verde em Moçambique representa um caminho desafiador e promissor para conciliar o crescimento económico com a preservação ambiental. O país, rico em recursos naturais, busca um modelo de desenvolvimento que promova a sustentabilidade a longo prazo, beneficiando tanto as gerações presentes quanto as futuras.

A implementação da economia verde em Moçambique enfrenta desafios como a pobreza, a desigualdade social, a dependência de recursos naturais e a vulnerabilidade às mudanças climáticas. No entanto, o país também possui grandes oportunidades, como a abundância de recursos naturais renováveis, a biodiversidade e o potencial para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Para o sucesso da transição para uma economia verde é necessário ter mecanismos de implementação robustos que assegurem a participação inclusiva na tomada de decisão sobre a melhor forma de gerir e utilizar todo o capital de que o país dispõe para criar maior prosperidade económica, equidade e

bem-estar, assegurando a satisfação das necessidades das gerações presentes e futuras. Assegurar a operacionalização imediata e o regular funcionamentos dos mecanismos de implementação – coordenação, execução, monitoria e avaliação, gestão de conhecimento e financiamento – é particularmente importante nesta fase inicial para uma eficaz implementação deste primeiro plano de acção. (PAEV, 2013)

#### **2.1.2.4.Principais oportunidades para a transição da economia verde em Moçambique**

A transição para uma economia verde, além de ser um imperativo ambiental, representa uma série de oportunidades para o desenvolvimento económico e social. Ao adoptar práticas mais sustentáveis, países e empresas podem impulsionar a inovação, criar novos empregos e melhorar a qualidade de vida das populações. PAEV (2013), alista as seguintes oportunidades para uma transição a economia verde no país:

- Existência de novas indústrias, serviços e empregos, que utilizam sustentavelmente a infraestrutura ecológica do país da qual depende a maior parte das pessoas para obter sustento. O capital natural de Moçambique compreende solos férteis, recursos hídricos abundantes, florestas densas, stocks marinhos e pesqueiros, fauna bravia, paisagens extraordinárias, e um potencial substancial de produção de energia solar, eólica, bioenergética e hídrica. No seu todo, o país é dotado de um capital diverso, capaz de gerar múltiplos fluxos de receita em vários sectores.
- Sustentar uma população jovem, em rápido crescimento e urbanização, com uma maior incidência na prestação de serviços básicos, na eficiência de recursos e na oportunidade económica. Em 2030 haverá mais 15 milhões de moçambicanos do que o país tinha em 2012, elevando a população para 38 milhões, 60% dos quais viverão em cidades. Estas pessoas precisarão de empregos, de um sistema moderno de energia, água potável, gestão de efluentes e resíduos, transporte confortável e serviços de saúde e educação.
- Capitalizar com inclusividade o potencial económico e social da florescente indústria extractiva, tornando-a uma benção e não uma maldição. As receitas fiscais e os royalties provenientes da indústria extractiva podem ser investidos na transição para a economia

verde através da expansão do capital físico (infraestrutura sustentável) e do desenvolvimento do capital humano (força de trabalho mais produtiva, com melhor educação e saúde) criando deste modo resiliência económica e social nos moçambicanos.

#### **2.1.2.5.Principais Desafios para a transição da economia verde em Moçambique**

A transição para uma economia verde, embora seja um caminho promissor para um futuro mais sustentável, enfrenta diversos desafios. Assim, os desafios enfrentados em Moçambique na transição para uma economia verde, Segundo PAEV (2013), são:

- **Mudanças climáticas:** As mudanças climáticas são uma realidade nos dias de hoje e, com o tempo, tem vindo a registar-se um aumento da frequência de ocorrência e da intensidade de eventos extremos climáticos (cheias, inundações, secas, tempestades de vento, incluindo ciclones tropicais), bem como uma mudança nos padrões de precipitação e temperatura e a subida do nível das águas do mar.
- **Crescimento populacional e estrutura etária:** Em Moçambique, o nível de fecundidade é o triplo do que seria necessário para garantir a reposição das gerações (cerca de 2 filhos por mulher). Este facto produz uma estrutura etária da população muito jovem que, por sua vez, cria uma pressão sobre os recursos, aumenta a demanda e a despesa social, ao mesmo tempo que reduz a renda per capita, dado que a proporção da população dependente é elevada, significando uma maior carga de dependência. De acordo com os dados do último censo, o índice de dependência demográfica, relação entre população em idade não activa (menores de 15 anos e idosos de 65 anos ou mais) e em idade activa (15-64), é de 99,8 por cento, ou seja, 10 dependentes por cada 10 pessoas em idade activa. Segundo as projecções do Instituto Nacional de Estatística (INE) e das Nações Unidas, este índice manter-se-á igual ou superior a 90% pelo menos até 2050. Associado a este fenómeno, encontra-se o elevado crescimento da população urbana (3% contra 2% nacional), contribuindo dessa maneira para o aumento da pobreza urbana e para a degradação do meio urbano e circundante.

### 2.1.2.6. Sectores privilegiados para transição de Economia Verde em Moçambique

A preparação do Relatório Nacional para a Conferência do Rio +20 incluiu a identificação de oportunidades e desafios para abordagem de Economia Verde no país, durante a qual foram seleccionados os sectores de agricultura e segurança alimentar, cidades e energia como sendo aqueles que possuem um maior potencial para a transição para a Economia Verde. Adicionalmente, durante a Conferência sub-regional sobre a Economia Verde, realizada em Maputo de 23 a 27 de Abril de 2012, foram identificados outros sectores (transportes, florestas, água e recursos minerais) como tendo também um potencial significativo para transição para Economia Verde. PAEV (2013). Assim:

- Cerca de 46% da terra de Moçambique é arável, mas apenas 10% são presentemente cultivados e 3% têm irrigação. Promover a Economia Verde na agricultura passa por: (i) manter e aumentar a produtividade e o rendimento agrícola, garantindo o fornecimento de alimentos e serviços ecossistémicos de forma sustentável; (ii) restaurar recursos ecológicos (água, solo, ar e biodiversidade); (iii) reduzir a produção de resíduos e a ineficiência em todo o ciclo da produção agrícola; e, (iv) uso racional e eficiente dos recursos naturais.
- A adopção da economia verde nas cidades e assentamentos humanos passa por: (i) promover técnicas de construção resiliente para reduzir os impactos ecológicos e criar novos empregos; (ii) promover o consumo eficiente dos recursos, particularmente, energia e água; (iii) promover o uso planificado dos solos.
- O sector de energia contribuiu com cerca de 10,23% de emissões totais de CO<sub>2</sub>. Tornar verde o sector de energia no país passa por: (i) aumentar o acesso aos serviços de energia segura e sustentável pela população; (ii) promover fontes de energias renováveis e tecnologias de baixas emissões de carbono; e (iii) promover o uso eficiente de energia.
- O sector de transportes nacionais, os rodoviários contribuíram com cerca de 94% das emissões. Assim, tornar verde o sector passa por: (i) promover o uso de gás natural nos transportes rodoviários; (ii) promover infraestruturas de transporte que fomentam o acesso adequado aos locais de trabalho e a interacção social e facilitam importantes actividades económicas, sobretudo a acessibilidade para o escoamento da produção para os mercados; e (iii) promover modos verdes de transporte relacionados com a exportação e mercadorias em trânsito.

- Tornar verde o sector de florestas requer investimentos e a gestão do sector como uma classe de bens activos que fornecem vários benefícios à sociedade, incluindo indústria (produção de produtos madeireiros e não-madeireiros), infra-estrutura ecológica (regulação do clima, protecção de recursos hídricos) e prestação de serviços de inovação e de seguros (biodiversidade florestal).
- Água, Moçambique, apesar de ser dotado de recursos hídricos, estes não têm sido utilizados eficazmente de modo a garantir o acesso das pessoas. As pressões crescentes combinadas do crescimento populacional, urbanização e poluição associada, da importância crescente das indústrias extractivas e consequente descarga de resíduos, uso agrícola crescente, aumento de temperatura e a irregularidade dos padrões de precipitação, colocam desafios complexos e interdependentes.
- Recursos minerais O crescente desenvolvimento da indústria extractiva de mineração e de hidrocarbonetos irá exigir salvaguardas para minimizar os riscos ambientais e sociais intrínsecos, para o qual devem ser tomadas as providências necessárias.

### **2.1.2.7. Situação Actual da transição para uma economia verde em Moçambique**

A economia verde em Moçambique é apresentada no contexto do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Neste contexto, Moçambique deve procurar na Economia Verde a consecução dos objectivos da redução da pobreza definidos no PARP e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Empiricamente, segundo RUSTANGY e NHENGE (2022), o papel actual da economia verde em Moçambique, é reservada senão mesmo céptica. Nas condições actuais, a economia verde é ainda ficção ou uma aspiração com fracas perspectivas de implementação prática. Pelo que parece, fala-se de economia verde por força das circunstâncias, moda ou conveniência de parecer que existe boa vontade de mudança. Na prática, a política consumista e de maximização dos benefícios da ajuda externa, parece sobrepor-se a qualquer estratégia realmente produtiva. São ainda muito fracas as indicações, tanto do Governo como dos seus parceiros internacionais, que a economia esteja a ser encaminhada para um ciclo mais produtivo e virtuoso, em vez do actual ciclo consumista e economicamente improdutivo, num quadro destes não acredito que a economia verde possa ter algum papel positivo a desempenhar. Na prática, para que uma revolução verde possa contribuir para a

concretização do objectivo imediato de auto-suficiência alimentar de Moçambique, é preciso que a sociedade moçambicana se capacite a diversos níveis.

## **2.2.Desenvolvimento Sustentável**

A noção de desenvolvimento sustentável tem sua origem mais remota no debate internacional acerca do conceito de desenvolvimento. Trata-se, na verdade, da história da reavaliação da noção do desenvolvimento predominantemente ligado à idéia de crescimento, até o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável.

ESTENDER e PITTA (2008), destacam que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu durante a Comissão de Brundtland, na década de 1980, onde foi elaborado o relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), como a forma em que as actuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades.

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (TAYRA, 2007).

MIKHAILOVA (2004), afirma que o desenvolvimento sustentável procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra. Enquanto o desenvolvimento sustentável pode requerer acções distintas em cada região do mundo, os esforços para construir um modo de vida verdadeiramente sustentável requerem a integração de acções em três áreas-chave, a saber:

**Crescimento e Equidade Económica** – Os sistemas económicos globais, hoje interligados, demandam uma abordagem integrada para promover um crescimento responsável de longa duração, ao mesmo tempo em que assegurem que nenhuma nação ou comunidade seja deixada para trás.

**Conservação de Recursos Naturais e do Meio Ambiente** – Para conservar nossa herança ambiental e recursos naturais para as gerações futuras, soluções economicamente viáveis devem ser

desenvolvidas com o objectivo de reduzir o consumo de recursos, deter a poluição e conservar os habitats naturais.

**Desenvolvimento Social** – Em todo o mundo, pessoas precisam de emprego, alimento, educação, energia, serviço de saúde, água e saneamento. Enquanto discutem-se tais necessidades, a comunidade mundial deve também assegurar que a rica matriz de diversidade cultural e social e os direitos trabalhistas sejam respeitados, e que todos os membros da sociedade estejam capacitados a participar na determinação de seus futuros.

### 2.2.1. Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nasceram na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, em 2012. Estes objectivos (visam acabar com a pobreza, erradicar a fome e a desigualdade, combater as mudanças climáticas e muito mais.) substituíram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (com objectivo de combater a pobreza global, erradicar a fome, prevenir doenças mortais e expandir a educação primária para todas as crianças e muito mais.). “Em Setembro de 2015, 193 Estados-membros da ONU reuniram-se na sede da instituição em Nova Iorque e acordaram tomar medidas transformadoras para colocar o mundo em um caminho sustentável. Adoptaram uma nova agenda global comprometida com as pessoas, o planeta, a promoção da paz, da prosperidade e de parcerias: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (Voluntários, 2017). A Agenda 2030 engloba 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (MUNDO, 2016), dos quais nos referimos:

**1. Sem pobreza** –. Estima-se que mais de 800 milhões de pessoas ainda vivam em extrema pobreza. Este objectivo visa acabar com a pobreza em todas as suas formas em todo o mundo, até 2030, e garantir que aqueles que escaparam da pobreza nunca mais caiam nela, elaborando medidas para melhorar os sistemas de segurança social. Ao analisar o progresso dessa meta, observa-se que o declínio da pobreza extrema global continua, mas tem diminuído, e isso levanta uma questão se o trabalho para o cumprimento dessa meta foi bem-sucedido até agora ou não.

**2. Fome Zero** – visa acabar com a fome global, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável. Quase 800 milhões de pessoas em todo o mundo estão subnutridas. O objectivo também analisa os aspectos económicos para alcançar uma melhor

produtividade agrícola e aumentar a renda dos agricultores, aumentar a qualidade dos alimentos e implementar métodos agrícolas sustentáveis.

**3. Boa Saúde e Bem-Estar** – fala sobre garantir vidas saudáveis e promover o bem-estar para todos em todas as idades. Visa aumentar a esperança de vida, reduzir a mortalidade materna, diminuir a mortalidade infantil, melhorar a luta contra as doenças transmissíveis, controlar surtos de doenças, tornar os serviços de saúde acessíveis a todos e abordar questões como a má saúde mental.

**4. Educação de Qualidade** – Discute a garantia de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade para todos e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O objectivo é garantir que todas as crianças, adolescentes e adultos, especialmente aqueles oriundos das comunidades marginalizadas, tenham acesso à educação.

**5. Igualdade de Género** – Este objectivo é concebido para alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas. Como sabemos, as disparidades na igualdade de género e a discriminação contra as mulheres e as raparigas são obstáculos a qualquer país. Assim, este objectivo visa eliminar todas as formas de violência contra as mulheres em locais públicos e domésticos, ficando sem práticas nocivas, garantindo a representação igualitária de género, eliminando o casamento infantil, trazendo as mulheres para a vanguarda etc.

**6. Água Limpa e Saneamento** – Toda e qualquer pessoa neste mundo tem o direito de acesso a água potável e instalações sanitárias higiênicas. No entanto, isso ainda não é uma realidade. Grande parte da população carece de serviços básicos de água e saneamento. Se for implementado corretamente, este objectivo, garantirá o acesso universal à água potável segura e acessível para todos até 2030. Também visa tornar as instalações de saneamento higiênico uma realidade para todos, melhorando a qualidade da água, reduzindo a poluição da água, gerenciando as águas residuais de forma eficiente, etc.

**7. Energia limpa e acessível** – Esse objectivo garante o acesso universal a preços acessíveis e confiáveis. Energia sustentável e moderna para todos. A energia é uma das necessidades mais importantes da vida. No entanto, as estatísticas mostram que quase 1,6 bilhão de pessoas não têm electricidade e que 2,5 bilhões de pessoas em todo o mundo dependem da biomassa tradicional como fonte de energia. Este objectivo visa proporcionar acesso a serviços de energia modernos a preços

acessíveis, confiáveis e sustentáveis, promovendo o uso mais amplo de fontes renováveis e aumentando a eficiência energética.

**8. Trabalho Decente e Crescimento Económico** – fala sobre a promoção do crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente para todos. As estatísticas mais recentes mostram que cerca de 200 milhões de pessoas em todo o mundo estão desempregadas. O verdadeiro sentido de desenvolvimento só será alcançado quando todos estiverem economicamente estáveis. O crescimento económico e as actividades de um país influenciam largamente o seu desenvolvimento global. Este objectivo visa igualmente a criação de empregos dignos e a eliminação do trabalho forçado, da escravatura e do tráfico de seres humanos.

**9. Indústria, Inovação e Infraestrutura** – visa construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação. Trata-se de promover uma industrialização sustentável que aumentará as oportunidades de emprego e o PIB até 2030, apoiar as pequenas indústrias, melhorar as infraestruturas, melhorar o campo de investigação, melhorar as capacidades tecnológicas e assim por diante.

**10. Redução das desigualdades** – A prevalência das desigualdades dentro e entre os países é um desafio que as nações mundiais vêm enfrentando há muito tempo. Este objectivo visa reduzir essas desigualdades que limitam as oportunidades e a participação de certos grupos e restringem sua inclusão social, capacitando todos os grupos sociais, independentemente de sua raça, etnia, número de membros ou outros factores.

**11. Cidades e Comunidades Sustentáveis** – Como resultado da urbanização, o mundo tem visto um enorme aumento no número de pessoas vivendo em espaços urbanos. Mas, muitas vezes, descobrimos que nem todas as cidades são totalmente seguras e inclusivas para todos. Este objectivo visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Procura reduzir o nível de poluição nas cidades, empregar métodos eficientes de gestão de resíduos nas cidades e tornar os espaços urbanos inclusivos e seguros para todos os seus habitantes.

**12. Consumo e Produção Responsável** – A população mundial está aumentando drasticamente com o tempo. Isso também resulta em um enorme aumento na demanda por recursos. Os padrões não científicos de uso excessivo e super-exploração de recursos podem afectar nosso planeta de forma

bastante adversa. O objectivo visa atingir metas de sustentabilidade de resíduos por meio de políticas de reutilização-redução-reciclagem, incentivo às empresas a adoptar políticas sustentáveis, etc.

**13. Acção climática** – Este objectivo visa combater as alterações climáticas e os seus impactos. Vivemos em uma era em que a natureza do nosso planeta está sob grave ameaça devido a múltiplas razões. As mudanças nos padrões climáticos e na precipitação, o aumento das emissões de gases de carbono nocivos, o aumento do uso de clorofluorcarbonos, o aumento global dos níveis de temperatura e o derretimento da neve nos polos estão colocando desafios diante do humano ganancioso que explora a natureza. Ainda este objetivo visa conservar a natureza através de vários métodos, aumentar a conscientização sobre a degradação ambiental, implementar planos para combater as mudanças climáticas, etc.

**14. Vida Abaixo da Água** – Este objectivo visa a conservação e o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Um enorme aumento da poluição da água representou uma séria ameaça para os organismos marinhos e de água doce. O despejo em larga escala de plástico e outros líquidos, bem como resíduos sólidos, tem afectado a qualidade de vida dos animais aquáticos. Este objectivo visa prevenir a poluição marinha de todos os tipos, minimizar os impactos da acidificação dos oceanos, regular a pesca e melhorar o uso sustentável dos oceanos.

**15. Vida em terra** – conservar a biodiversidade terrestre do nosso planeta, protegendo, restaurando e promovendo o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. O objectivo visa a conservação dos ecossistemas, o combate à desertificação e a redução da caça furtiva e da caça.

**16. Paz, Justiça e Instituições Fortes** – Um ambiente tranquilo em qualquer lugar aumenta as possibilidades de desenvolvimento. Este objectivo visa promover sociedades pacíficas e inclusivas e fomentar a harmonia comunitária. Também estuda acabar com todo tipo de violência e abuso.

**17. Parceria para os Objectivos** – exige o fortalecimento dos meios de implementação e a revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável. Reitera a necessidade de os países darem as mãos em termos de finanças, negócios, comércio, tecnologia e muito mais, abrindo assim o caminho para a melhoria de si mesmos e dos outros. Uma forte parceria global ajudaria o mundo a alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável, em conjunto.

## **2.2.2. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**

Os indicadores de Desenvolvimento sustentável (IDS), são ferramentas essenciais pra monitorar o progresso em direcção aos objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Meadows (1998) afirma que a utilização de indicadores é uma maneira intuitiva de monitorar complexos sistemas que a sociedade considera importantes e que seja necessário controlar. Ela também utiliza a analogia do termómetro, que serve para medir diversos aspectos de desenvolvimento sustentável no âmbito económico, social e ambiental.

Em direcção a um futuro mais sustentável, há necessidade de compreendermos de forma detalhada e abrangente os aspectos que compõem o desenvolvimento sustentável em diferentes áreas. Segundo a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CSD-Commission on Sustainable Development), os indicadores de Desenvolvimento Sustentável são:

### **2.2.2.1. Indicadores Sociais**

São medidas quantitativas ou qualitativas que reflecte aspectos específicos da qualidade de vida e bem-estar de uma população. Estes indicadores são usados para avaliar e monitorar condições sociais, ajudando a identificar áreas específicas que necessitam de uma atenção detalhada. Frequentemente na *saúde* (refere-se a expectativa de vida ao nascer; a taxa de mortalidade infantil e acesso a serviços de saúde), *educação* (refere-se a taxa de alfabetização de adultos; taxa de crianças em idade escolar que estão matriculados na escola primária e secundária), *habitação* (refere-se a proporção de população com habitação inadequada), *igualdade* (refere-se a proporção de mulheres no mercado de trabalho e a distribuição equitativa de riqueza), *segurança* entre outras.

### **2.2.2.2. Indicadores Económicos**

Medidas usadas para avaliar a saúde, desempenho e tendências de uma economia. Estes fornecem insights sobre vários aspectos da actividade económica de um país, região ou sector específico. Também, ajudam aos investidores e analistas a entender o panorama económico e prever possíveis mudanças na *Estrutura Económica* (refere-se ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita e a taxa de desemprego), no *Consumo e Produção* (refere-se ao Consumo per capita de energia e a eficiência energética da produção) e *Padrões de Consumo* (refere-se a proporção de resíduos sólidos urbanos reciclados e consumo de água per capita).

### **2.2.2.3. Indicadores Ambientais**

Medidas ou métricas que avaliam o estado do meio ambiente, tendo em conta a qualidade dos recursos naturais e os impactos das actividades humanas sobre o ecossistema. Estes monitoram, avaliam e informam sobre questões ambientais cruciais, tais como, mudanças climáticas, qualidade de ar (refere-se a emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) per capita e concentração de poluentes no ar) e da água (refere-se ao acesso a fontes de água potável e segura, e a qualidade da água dos rios e lagos), biodiversidade (refere-se a número de espécies ameaçadas e a extensão de áreas protegidas), uso da terra (refere-se a área de florestas como parte da área total e índice de degradação do solo), entre outras.

### **2.2.2.4. Indicadores Institucionais e de Governança**

São medidas utilizadas para avaliar a eficácia, transparência, responsabilidade e eficiência das instituições governamentais e de outras entidades na tomada de decisões e implementação de políticas, avaliando o *Quadro Institucional* (refere-se a existência de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável e a participação em convenções ambientais internacionais), a *Capacidade em Informar* (refere-se ao acesso público a informações ambientais e a educação e sensibilização ambiental) e o *Desempenho Ambiental* (refere-se a avaliação de impacto ambiental actualizada e aplicada).

### **2.2.2.5. Indicadores Culturais e Contextuais**

São medidas que fornecem informações sobre aspectos culturais e contextuais de uma sociedade ou comunidade. Estes ajudam a contextualizar e compreender a diversidade cultural, valores, crenças, práticas e ambiente sociocultural em que as pessoas vivem e interagem. Este indicador enfatiza o número de lugares culturais e naturais protegidos (diversidade cultural), bem como a diversidade linguística.

## **2.3. Situação Actual de Desenvolvimento Sustentável em Moçambique**

Moçambique é um país localizado na costa sudeste de África, conhecido por sua rica diversidade cultural e recursos naturais abundantes. No entanto, nos últimos anos, o país tem enfrentado desafios significativos em relação ao desenvolvimento sustentável. Actualmente, o país é assolado por um

crescimento económico desigual, pobreza generalizada, degradação ambiental e desastres naturais frequentes.

ENDE (2024), avalia a situação actual de Moçambique, enfatizando três aspectos fundamentais:

### **2.3.1. Contexto económico**

Moçambique registou um crescimento económico robusto ao longo dos anos, com uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 7,0% ao ano durante quase duas décadas. No entanto, o País também enfrentou desacelerações periódicas devido a factores como, eventos climáticos extremos adversos, terrorismo e o impacto da pandemia de COVID-19. Nos últimos anos tem havido sinais de recuperação da economia com uma taxa média anual do Produto Interno Bruto de 5,01% em 2023, depois de ter-se assistido um crescimento abaixo de 0,0% em 2020 (-1,20%).

### **2.3.2. Contexto social**

No que concerne a **Demografia**, a população do País tem crescido a uma taxa de 2,5% ao ano, com uma estrutura etária predominantemente jovem, sendo, cerca de 34% da população constituída por jovens (15 a 35 anos) e cerca de 47% com menos de 15 anos (INE 2023). Este crescimento representa simultaneamente uma oportunidade e um desafio para o País, especialmente em relação à provisão de serviços essenciais.

**Saúde e Nutrição**, Melhorias notáveis no acesso aos serviços de saúde foram registados, impulsionadas pelo aumento do número de unidades sanitárias. Actualmente, as infraestruturas de saúde estão mais próximas dos cidadãos, com cerca de 67% da população tendo acesso a uma unidade sanitária. A satisfação da população em relação aos serviços de saúde prestados aumentou significativamente, passando de 53% em 2014/15 para 59,5% em 2022, de acordo com os dados do INE (IOF,2022). A desnutrição crónica persiste, em Moçambique aproximadamente 37% de crianças menores de 5 anos sofrem de desnutrição crónica, 4,1% sofrem de desnutrição aguda e 10% da população encontra-se em situação de insegurança alimentar aguda.

**Educação**, A educação é reconhecida como um importante elemento para o desenvolvimento socioeconómico e para o aumento da produtividade da economia moçambicana. Observa-se uma

expansão significativa dos serviços de educação, conjuntamente com um aumento de ingresso de alunos, alfabetizando e educandos nas escolas e centros de alfabetização e educação de adultos. No entanto, persistem desafios com destaque para a taxa de analfabetismo que permanece alta, embora tenha reduzido entre as pessoas com 15 anos ou mais, passando de 39,9% em 2019/20 para 38,3% em 2022. É importante notar que o analfabetismo prevalece entre as mulheres (49,2%) em comparação com os homens (25,9%) (IOF, 2022). Igualmente, são evidentes as desigualdades entre os níveis de analfabetismo em áreas rurais (52,3%) e áreas urbanas (19,7%), (IOF, 2022). As infra-estruturas de educação, principalmente no nível do ensino pré-escolar e secundário, são ainda um desafio para garantir equidade de acesso, qualidade e equidade na aprendizagem.

**Habitação,** A percentagem da população que reside em habitações com cobertura de material convencional aumentou de 39,4% em 2014/19 para 47,5% em 2022, ao mesmo tempo que a percentagem da população que vivem em habitações cobertas com material não convencional reduziu de 60,7% em 2014/19 para 52,5% em 2022. No que diz respeito ao tipo de piso, observa-se que a percentagem da população que vive em habitações com piso convencional aumentou passando de 34% em 2019/20 para 35,9% em 2022, enquanto as habitações com o piso não convencional reduziu de 66% em 2019/20 para 64% em 2022, (INE, IOF 2022). No entanto, ainda persistem desafios com destaque para cerca de 52,4% da população reside em habitações que possuem cobertura de capim, colmo ou palmeiras, sendo essa prevalência mais significativa nas áreas rurais (68,2%) do que nas áreas urbanas (21,3%).

**Igualdade,** O índice de desigualdade de género, o PNUD classificou 191 países em 2022, e coloca Moçambique na posição 185<sup>a</sup>, com o valor de 0.537. Este índice analisa três dimensões de género que mostraram variações entre 2015 a 2022, designadamente: **i) saúde reprodutiva**, onde mostra melhorias na taxa de mortalidade materna, de 480 para 289, entretanto, a taxa de gravidez entre os adolescentes registou um aumento de 137.8 para 165.8; **ii) O empoderamento**, mostra melhorias na percentagem dos assentos parlamentares ocupados por mulheres de 39.6% para 42.4%, igualmente, na percentagem da população com pelo menos o nível de ensino secundário, registou-se melhorias em ambos sexos (Mulheres de 1.4% para 10,8% e Homens de 6,2% para 20,2%), contudo, continua a desvantagem das mulheres em relação aos homens; **iii) As actividades económicas** mostram redução da proporção da participação no mercado de trabalho para ambos sexos (Mulheres de 85,5% para 77,7% e Homens de 82,8% para 78,9%).

### **2.3.3. Contexto ambiental**

**Água,** O acesso a água proveniente de fonte segura registou um aumento variando de 49,6% em 2019/20 para 53,6% em 2022. Este aumento foi mais significativo nas áreas urbanas com cerca de 78,2% da população que consome água de fonte segura, em relação a 41,1% das áreas rurais, (INE, IOF 2022). No entanto, enfrentam-se desafios: **i.** 46,4% da população não consome água de uma fonte segura, sendo que 28,7% da população depende do poço não protegido e 12% do rio, lago ou lagoa.

**Saneamento,** O acesso ao saneamento seguro registou um modesto aumento, passando de 31% em 2019/20 para 31,7% em 2022. Esta melhoria é mais significativa em áreas urbanas, onde 60,8% usa o saneamento seguro, em comparação com 16,9% em áreas rurais, (INE, IOF 2022). Não obstante, o acesso ao saneamento seguro constitui ainda um desafio: **i)** 42,2% dos agregados familiares ainda utilizam uma latrina não melhorada enquanto 26,1% não possuem latrina/retrete nenhuma ou praticam o fecalismo a céu aberto.

**Energia,** A percentagem da população que utiliza a electricidade da rede pública para a iluminação aumentou no País, passando de 30,1% em 2019/20 para 33% em 2022. Nas áreas urbanas, essa percentagem corresponde a cerca de 75,3%, enquanto nas áreas rurais é de 12,8%, (INE, IOF 2022). No entanto, ainda persistem desafios: **i).** A fonte principal de iluminação a nível nacional é a pilha, com cerca de 38,3% da população que faz o uso, sendo mais significativa nas áreas rurais (50,2%) que as urbanas (14,9%). **ii).** Igualmente, cerca de 8,1% da população utiliza a lenha como fonte de iluminação, dos quais 11,5% em áreas rurais e 1,4% em áreas urbanas.

Apesar dos progressos alcançados, o país continua no grupo dos mais pobres do mundo, com 68,2% de moçambicanos a viver abaixo da linha de pobreza, há desigualdade na distribuição do consumo.

### **2.4. Políticas e Estratégias adoptadas em Moçambique relacionadas a Economia Verde**

A economia verde tem um impacto significativo no desenvolvimento sustentável de qualquer que seja uma nação. O governo de Moçambique implementou diversas políticas e estratégias relacionadas à economia verde, com o objectivo de mitigar desafios ambientais e promover um desenvolvimento sustentável equilibrado. Esta abordagem está refletida no "Plano Quinquenal do Governo (2015-2019 e 2020 - 2024)", que almeja integrar considerações ambientais nas estratégias nacionais e promover práticas de consumo e produção sustentável.

**Tabela 2.3.3: Políticas e Estratégias Adoptadas em Moçambique relacionadas a EV**

<b>Assegurar a Gestão Sustentável dos Recursos Naturais e do Ambiente</b>	
<b>Políticas</b>	<b>Estratégias</b>
Aprimorar o planeamento e ordenamento territorial e fortalecer a monitoria, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar, implementar, fiscalizar e monitorar os planos de ordenamento territorial a escala nacional, provincial, distrital e municipal;</li> <li>• Prosseguir o mapeamento e zoneamento agrário, turístico, geológico e dos recursos faunísticos e pesqueiros;</li> <li>• Fortalecer a fiscalização marítima e aérea e o combate à poluição.</li> </ul>
Garantir a integração da Economia Verde-Azul e da agenda de crescimento verde nas prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando a conservação de ecossistemas, a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o acesso e utilização de boas práticas ambientais e tecnologias apropriadas à produção nas áreas agrária, turística, mineira, florestal, faunística e pesqueira;</li> <li>• Massificar a educação ambiental através de programas de educação, comunicação e divulgação ambiental;</li> <li>• Promover o acesso e disseminação de técnicas e tecnologias de extracção e processamento sustentável dos recursos minerais, florestais, faunísticos e pesqueiros;</li> <li>• Reforçar as medidas de combate à caça furtiva e o tráfico ilegal de flora e fauna bravia.</li> </ul>
Reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infraestruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais e antropogénicas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover o empoderamento das comunidades vulneráveis e lideranças locais sobre as medidas de adaptação à seca, cheias, ciclones e sismos;</li> <li>• Expandir a cobertura dos Sistemas de Aviso Prévio de fenómenos naturais e antropogénicos para as comunidades de maior risco;</li> <li>• Prosseguir as reformas sectoriais visando integrar medidas de resiliência ao clima e desastres nos sectores económicos, infra-estruturas e nas comunidades.</li> </ul>

*Fonte: PQG (2015 – 2019)*

## **2.5.Casos de Sucesso da Implementação da Economia Verde no Desenvolvimento Sustentável**

A economia verde emerge como um paradigma promissor para conciliar o desenvolvimento económico com a preservação ambiental e a justiça social. No cenário global, diversos países e organizações reconhecem a importância da economia verde. Assim, a transição para uma economia verde é um desafio global, e diversos países têm se destacado em suas iniciativas, devendo identificar alguns países parceiros de cooperação de Moçambique que têm se mostrado como modelos de sucesso:

**Tabela 2.3.3: Casos de sucesso da Implementação da EV no DS**

<b>Nº</b>	<b>Países</b>	<b>Sucesso</b>	<b>Área de cooperação</b>
1	Alemanha	Possui uma matriz energética diversificada, com alta participação de fontes renováveis. Além disso, o país é líder em tecnologias limpas e possui um sector industrial forte, com foco em produtos sustentáveis, bem como reduziu o uso de energia nuclear e carvão.	Energias renováveis, eficiência energética e gestão de recursos hídricos.
2	Holanda	Tem sido pioneira em soluções urbanas que combinam eficiência energética e design ecológico. Além disso, o país teve avanços significativos em agricultura sustentável e sistema de transporte público ecológico.	Água, agricultura sustentável e mitigação das mudanças climáticas.
3	França	Possui uma política energética ambiciosa, com metas claras de redução de emissões e aumento da participação de fontes renováveis. Além disso, o país é líder em pesquisa e desenvolvimento em tecnologias limpas.	Agricultura, a energia e o meio ambiente.
4	Brasil	Possui uma das maiores biodiversidades do mundo e tem desenvolvido políticas públicas para proteger seus recursos naturais. Além disso, o país tem avançado na produção de biocombustíveis e na geração de energia hidroelétrica.	Agricultura sustentável e a gestão de recursos hídricos.
5	China	Experimenta um rápido crescimento económico, acompanhado de um grande investimento em energias renováveis e tecnologias limpas.	Na infraestrutura, a energia e a mineração.
6	Marrocos	Tem sido um líder na África em termos de energia solar, com grandes investimentos em usinas solares e programas de eficiência energética. O país também tem avançado na agricultura sustentável e na gestão de recursos hídricos.	Agricultura sustentável e as energias renováveis.
7	Quênia	Tem sido pioneiro na África em termos de pagamentos móveis, o que tem facilitado o acesso a serviços financeiros e o desenvolvimento de negócios verdes. Além disso, o país é líder em energia geotérmica, bem como na implementação de energia eólica e solar, e em projectos de conservação da biodiversidade.	Gestão de recursos naturais e o desenvolvimento rural.
8	África do Sul	Possui uma base industrial diversificada e tem investido em energias renováveis, especialmente a eólica. O país também tem programas de desenvolvimento sustentável e de promoção da economia verde.	Energia, a mineração e a infraestrutura.
9	Ruanda	O país implementou exitosamente políticas de banimento de plásticos e promove práticas de economia circular.	Troca de conhecimento sobre conservação e práticas sustentáveis.
10	Senegal	Tem investido em energias renováveis, especialmente a solar, e em programas de eficiência energética. O país também tem promovido a agricultura sustentável e o desenvolvimento de ecoturismo.	Agricultura, a pesca e o desenvolvimento rural.

**Fonte: PNUMA, s.d, Adaptado**

Esses países têm desenvolvido políticas públicas de longo prazo com foco na sustentabilidade, diversificação da matriz energética com fontes renováveis, redução do consumo de energia aumentando a eficiência e promoção de uma agricultura sustentável, bem como a gestão sustentável dos recursos naturais.

## 2.6. Estudos Empíricos

Muitos autores, ao longo do tempo, têm analisado a política de economia verde em diferentes vertentes. Dentre vários estudos existentes, destacam-se aqueles realizados por Carina Costa de Oliveira e Rômulo Silveira da Rocha Sampaio (2011), Luciana Togeiro de Almeida (2012), Silva, et al (2013), Isabel Nader Rodrigues e Eduardo Só dos Santos Lumertz (2014), Donald R. Sawyer (2015).

Carina Costa de Oliveira e Rômulo Silveira da Rocha Sampaio (2011), estudaram A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável: a governança dos actores públicos e privados, nesta obra defende mais investimentos nas empresas, pois entendem que são estas que mais danificam o meio ambiente.

Luciana Togeiro de Almeida (2012), na sua obra Economia verde: a reiteração de ideias à espera de acções, afirma que A “Iniciativa Economia Verde”, numa perspectiva de análise teórica, é uma reiteração de “velhas ideias”; não é propriamente um novo conceito, mas sim a proposta de um conjunto de instrumentos para o alcance do desenvolvimento sustentável. Essencialmente propõe mudanças tecnológicas ambientais de larga escala por meio de parcerias público-privadas, mas com uma defesa enfática do activismo de políticas para a indução das mudanças desejadas. Reconhece, portanto, que não se deve aguardar passivamente pela espontaneidade dos mercados para aportar essas mudanças tecnológicas necessárias; ao contrário, é preciso instituir uma diretriz ao nível macro e colocá-la em prática por meio de instrumentos apropriados. No plano da economia política internacional também se recoloca uma “velha questão”: como conciliar interesses de países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Se, por um lado, esses têm motivos novamente para suspeitar de interesses comerciais disfarçados de causas ambientais, em especial no tocante ao comércio mundial de tecnologias ambientais, por outro, a “Rio+20” lhes coloca a oportunidade para negociar melhores condições de transferência de tecnologias ambientais. A dificuldade para a conciliação entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento na transição para uma economia verde extrapola em muito o foco da discussão sobre interesses comerciais estratégicos no mercado mundial de tecnologias ambientais. A essência da controvérsia pode ser expressa como uma falácia de composição: ainda que seja possível realizar o desacoplamento entre crescimento econômico e

depleção de recursos naturais e qualidade ambiental em um país ou grupo de países, essa não é uma possibilidade aberta a todos na economia mundial.

Silva, et al (2013), na sua obra *Economia verde e a agricultura familiar: um debate necessário*, defende que o desenvolvimento no longo prazo exige sustentabilidade ambiental, parece ter se tornado consenso como aponta Belinky (2011). Há evidências da finitude de alguns recursos naturais e da capacidade de suporte do planeta. A consciência do problema é a base racional para que se modifique a tendência actual. Há, entretanto, necessidade de atitudes concretas e globais para amenizar o problema e, quem sabe no futuro, encontrar formas mais racionais de convivência entre o homem e o planeta.

A centralidade da questão é a sustentabilidade, ou seja, a acção humana interfere nos processos de desenvolvimento e põe em risco o ambiente e todos os elementos ligados a ele. Gera-se riqueza às custas de toda a sociedade. A equidade é uma questão de justiça. Entre as proposições para resolver ou amenizar o problema da insustentabilidade actual está a “economia verde”, que prega a dinamização da economia através de estímulos e crescimento da economia através de sectores de baixo impacto ambiental. O relatório do PNUMA (2011) ao definir “economia verde” traz como benefícios da mesma, a melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social. O paradigma do crescimento somente, no passado, aprofundou desigualdades e acelerou o uso e degradação do ambiente. O crescimento, mesmo com tecnologias limpas, dará conta da equidade? A questão é: a economia verde será, de facto, um instrumento de geração de riqueza limpa e os frutos gerados serão necessariamente distribuídos equitativamente, ou será mais uma oportunidade para o capital e os players internacionais, e que servirão para o proteccionismo como instrumento de barreira não tarifária. A resposta desta questão inclui a geração de tecnologias limpas nos países mais pobres e em desenvolvimento e formas concretas para alcançar a equidade. O momento exige a consolidação de um novo paradigma alicerçado na sustentabilidade.

Isabel Nader Rodrigues e Eduardo Só dos Santos Lumertz (2014), defende que o estilo de desenvolvimento pautado em padrões insustentáveis de produção e consumo acabou se mostrando nocivo aos ecossistemas. De um lado, a riqueza e fartura no mundo; de outro, a degradação ambiental, a miséria e a poluição aumentam cada vez mais, demonstrando, assim, que o modelo de desenvolvimento económico se mostra insuficiente. Os parâmetros de desenvolvimento e

crescimento como o Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, não refletem os custos ambientais da produção económica, o que implica dizer que desenvolvimento não significa necessariamente degradação ambiental. Como foi visto, a distinção entre crescimento e desenvolvimento se faz necessária. Isso porque ‘crescimento’ não conduz automaticamente à igualdade e à justiça sociais, e, sim, ao acúmulo de riquezas. Já o ‘desenvolvimento’, por sua vez, também se preocupa com a geração de riquezas, mas tem o objectivo de distribuí-las e de melhorar a qualidade de vida da população, levando em conta, com a mesma ênfase, a qualidade ambiental do planeta. A sustentabilidade aflora como sendo a prática que objectiva conservar e manter a capacidade de o planeta se desenvolver e, ao mesmo tempo, levar em conta a capacidade de regeneração dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações. A Economia, por sua vez, vê a natureza, em regra, como fornecedora de insumos para a produção de bens e serviços ao homem. Neste particular, a Economia Ecológica contempla a existência de limites físico-materiais para a produção humana, pois, ao mesmo tempo em que admite que o planeta é limitado em materiais, as necessidades humanas são infindáveis. É justamente dessa noção que advém a necessidade de adopção de um novo modelo de desenvolvimento que concilie o crescimento económico e a preservação da qualidade socioambiental. A economia verde pode ser um vector para o desenvolvimento sustentável através de implantação dos seus três pilares norteadores: diminuição nas emissões de carbono, aumento da eficiência energética e minimização das perdas da biodiversidade e de seus respectivos serviços ambientais. O uso de tecnologias limpas e a alteração da matriz energética atual para fontes renováveis podem ser porta de entrada para esse processo, portanto, tem-se que o desenvolvimento baseado em combustíveis fósseis resultou na crise que temos hoje de modo que o investimento em energias renováveis constitui elemento fundamental para a resolução de tal problema (sendo o sector energético chave para a sustentabilidade do planeta e, ao mesmo tempo, para o crescimento económico).

Donald R. Sawyer (2015), no seu artigo *Economia Verde e/ou Desenvolvimento Sustentável?*, defende que tanto a economia verde quanto o desenvolvimento sustentável podem e devem ser promovidos. O primeiro seria mais concreto, instrumental e popular e o segundo, mais abstrato, diplomático e governamental. A abordagem económica adjectivada de verde pode sensibilizar tomadores de decisão e aplacar desenvolvimentistas, especialmente nos países em desenvolvimento. No entanto, não se deve perder de vista os avanços de 1992, que foi um marco na história da humanidade, ou da Carta da Terra e todo o caminho percorrido nos últimos vinte anos. O que importa

são as necessidades do planeta e das futuras gerações, que dependem da manutenção de funções ecossistémicas, com ou sem recursos adicionais, novas tecnologias e novas formas de governança global.

## **2.7.Avaliação Crítica da Literatura Revista**

Da revisão da literatura feita nas secções anteriores deste capítulo, pode-se constatar que a discussão sobre a economia verde e os seus efeitos ainda divide opiniões no seio dos defensores desta política rumo ao desenvolvimento sustentável.

A literatura teórica mostra que uma implementação eficaz do modelo de economia verde pode sim promover um desenvolvimento sustentável nas nações, na medida em que haja união entre os actores, praticando uma governação transparente.

Alguns autores defendem que, a economia verde pode favorecer os ricos e os países centrais. Embora não confunda “crescimento sustentado” com desenvolvimento sustentável, que é um erro comum, permite manter a prioridade para o crescimento do PIB, qualificado de verde, deixar de lado a vulnerabilidade e a adaptação às mudanças climáticas e justificar os incentivos ou subsídios para diversos lobbies verdes.

Os estudos empíricos, tem como finalidade dar a conhecer a importância do estudo do modelo que pauta pelo bem-estar da sociedade hoje e no futuro. No entanto, alguns autores tem mostrado que a economia verde necessita de um bom investimento para a sua plena implementação, outros, mostram um lado pessimista face ao desenvolvimento sustentável com base neste modelo.

Em suma, pode-se afirmar que o modelo de economia verde, mesmo com as divergências das ideias, este é o caminho ideal para um futuro sustentável, justiça social, crescimento económico e preservação do meio ambiente.

## **CAPÍTULO 3: METODOLOGIA**

A metodologia enquanto fio condutor do processo de investigação, pretende-se que seja coerente e simples de forma a ser entendida por todos.

Gil (2010), defende que a metodologia é um estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. O autor ainda acrescenta que a metodologia é uma disciplina que instrumentaliza quanto aos procedimentos a serem tomados na pesquisa, possibilitando acesso aos caminhos do processo científico, além disso, ela visa, também, promover questionamentos acerca dos limites da ciência sob os aspectos da capacidade de conhecer e de interferir na realidade.

### **3.1. Tipo de Pesquisa**

Uma pesquisa, pode basear-se numa abordagem mista (qualitativa e quantitativa). No que concerne ao método qualitativo, baseia-se na observação cuidadosa dos ambientes onde serão explorados, do entendimento das várias perspectivas dos pesquisadores. (WAINER, 2007). E quantitativo, baseada na medida (normalmente numérica) de poucas variáveis objectivas, na ênfase em comparação de resultados e no uso intensivo de técnicas estatísticas. (Ibid).

Nesta vertente, a pesquisa é de natureza mista uma vez que pela abordagem qualitativa, centrada na compreensão profunda de fenómenos sociais, culturais ou comportamentais, buscando interpretar significados, percepções e experiências, será consultado diversos manuais científicos com o objectivo de obter melhores esclarecimentos sobre o tema em alusão, consultando algumas bibliografias, pesquisas na internet, revistas, artigos e monografias, a fim de enriquecer o trabalho. E quantitativa, adequado para mensurar o impacto de políticas, esta reúne, registra e analisa todos os dados numéricos que se referem às atitudes e aos comportamentos do público-alvo. Esse tipo de pesquisa é utilizado para medir opiniões, reacções, sensações, hábitos e atitudes de um universo (público-alvo), por meio de amostra (HAIR et al., 1998 apud BORIN, et al., 2008).

### **3.2. População e Amostra**

#### **3.2.1. População**

Universo da pesquisa que representa a totalidade de indivíduos, objectos ou sistemas que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo. A pesquisa tem como público alvo

todas as instituições que actuam em áreas relacionadas à sustentabilidade, protecção ambiental e desenvolvimento comunitário, bem como as comunidades que foram impactadas por projectos de economia verde, como projectos de energia renovável ou agricultura sustentável.

### **3.2.2. Amostra**

Uma parte da população ou sistema seleccionada e pesquisada com o objectivo de fazer generalizações a respeito das características. Assim, a pesquisa social possui dois tipos de amostragem: a probabilística e não probabilística.

Nesta pesquisa usar-se-á amostragem probabilística, sendo que esta subdividida em amostragem aleatória simples; sistemática; conglomerada, e estratificada. Deste modo optou-se pela amostragem estratificada, que consiste em dividir a população em subpopulações. Segundo relata KAMIENSKI, et al (2005), Essas subpopulações denominadas estratos, não se superpõem e, juntas abrangem a totalidade da população. Depois de determinado os estratos, selecciona-se uma amostra em cada um deles, sendo as selecções feitas separadamente nos diferentes estratos. Assim, foram inquiridas 40 pessoas da população residente, três (3) técnicos dos sectores de MAAP e FAO.

### **3.3. Instrumento de recolha de dados**

As técnicas são instrumentos essenciais da pesquisa tanto na colecta como na análise de dados, que podem ser Primários e Secundários. Para a presente pesquisa utilizou-se os dados secundários e primários para a recolha de dados.

#### **3.3.1. Dados Secundários**

Informações que já foram colectadas, processadas e publicadas por outras pessoas ou organizações, e que podem ser utilizadas para pesquisas e análises. Esses dados não são colectados directamente pelo pesquisador, mas são acessíveis através de fontes externas. Assim sendo, os dados foram obtidos através da revisão de documentos, relatórios e publicações relacionadas à economia verde e desenvolvimento sustentável em Moçambique, bem como a colecta de dados estatísticos sobre indicadores como PIB, taxa de desemprego, emissões de CO<sub>2</sub>, acesso à educação, etc., de fontes como o Banco Mundial, FMI e instituições locais.

### **3.3.2. Dados Primários**

Informações colectadas directamente pelo pesquisador para um propósito específico, geralmente por meio de métodos de pesquisa originais. Esses dados são novos e ainda não foram analisados ou publicados anteriormente. Para a colecção desses dados produziu-se inquérito por entrevistas e por questionário. Segundo BATISTA, et al (2021), O inquérito por questionário e o inquérito por entrevista são técnicas de recolha de dados comumente utilizadas em investigação. O inquérito por questionário, sendo mais comum a sua utilização em estudos de grande escala, permite auscultar um número significativo de sujeitos face a um determinado fenómeno social pela possibilidade de quantificar os dados obtidos e de se proceder a inferências e a generalizações. Por sua vez, o inquérito por entrevista é muitas vezes associado a estudos de carácter interpretativo e a planos de investigação de natureza qualitativa na recolha e análise de dados ou informações, dado o carácter descritivo e pormenorizado dos mesmos.

#### **3.3.2.1. Inquérito por Questionário**

Um inquérito por questionário é uma ferramenta de pesquisa utilizada para colectar informações, opiniões ou dados sobre um determinado tema. Ele consiste em um conjunto de perguntas organizadas em um formato estruturado, que pode ser aplicado a um grupo de pessoas. Ideia defendida pelo COUTINHO, 2011 apud BATISTA, et al, 2021. “O inquérito por questionário quando pretendemos inquirir um conjunto de indivíduos sobre uma determinada realidade ou fenómeno social, tendo em vista a caracterização de traços/elementos identificadores de uma população, com o objectivo de se proceder a inferências e a generalizações. Ainda assim, o recurso ao inquérito por questionário não se limita a investigações quantitativas, sendo útil no âmbito de investigações de natureza qualitativa, através daquilo que define por questionário misto”. O questionário contém 23 perguntas, das quais 22 fechadas e apenas uma aberta (comentário acerca do assunto). Estas perguntas estão subdivididas em cinco (5) secções, onde a secção 1 é composta pela caracterização do perfil do inquirido, e as restantes 4 secções por perguntas que buscam informações sobre percepções, desafios e oportunidades associadas à implementação da economia verde em Moçambique durante a última década (2013 – 2023).

### **3.3.2.2. Inquérito por Entrevista**

Um inquérito por entrevista é uma técnica de colecta de dados que envolve interação directa com os participantes para obter informações sobre um determinado assunto.

O inquérito por entrevista é especialmente útil como estratégia de recolha de dados em estudos de carácter interpretativo, essencialmente, devido ao grau de interação que permite que seja estabelecido entre o investigador e o entrevistado, cujo seu objectivo principal consiste em fornecer ao investigador informação detalhada e profunda sobre determinadas percepções ou representações em relação a um dado tópico ou realidade social, de forma a contribuir para a compreensão de concepções, sentidos e significados que os sujeitos possam atribuir às suas acções (Morgado, 2013).

A entrevista é semi-estruturada, uma vez que as perguntas abordam a implementação de políticas, desafios enfrentados, percepções sobre a eficácia das iniciativas com a economia verde em Moçambique. Este tipo de entrevista permite, inclusivamente, ao entrevistado a possibilidade de moldar o seu conteúdo, sendo que o investigador pode dispôr de um conjunto de perguntas-guia, relativamente flexíveis, com as quais pretende orientar a recolha de informação do entrevistado, tendo inclusivamente liberdade em recorrer ou não a todas as questões que formulou e em seguir a ordem que determinou previamente. (Hill, 2014). A entrevista é composta por 15 questões, subdivididas em três (3) secções.

### **3.4. Técnica de Análise de Dados**

Para a recolha e análise dos dados foram utilizadas tanto uma abordagem quantitativa como qualitativa. A abordagem quantitativa é referenciada no objectivo específico 2 que se refere à avaliação do impacto potencial da implementação do modelo da economia verde no desenvolvimento económico, social e ambiental. O instrumento utilizado para a obtenção de dados foi um questionário. Este questionário foi enviado a uma amostra representativa intencional de profissionais ligados a organizações do sector público, do sector privado (ONG) e da sociedade civil. Esta amostra é intencional na medida em que os entrevistados escolhidos devem possuir conhecimentos ou alguma relação com iniciativas ligadas à economia verde, bem como ao desenvolvimento sustentável. Os dados contidos nos questionários respondidos foram submetidos a um tratamento prioritariamente quantitativo, com análise estatística das respostas, procurando determinar as ferramentas mais

conhecidas e importantes internacionalmente em termos de avaliação do impacto da economia verde. Os objectivos específicos números um (1) e três (3) referem-se à análise de políticas, estratégias e recomendações da implementação da economia verde no desenvolvimento sustentável e devem ser alcançados através de uma abordagem qualitativa. Para efeito de operacionalização, a análise deste modelo (economia verde) foi feita através da utilização de diferentes dimensões objectivas, elaboradas a partir do referencial teórico estudado nos capítulos anteriores.

### **3.5.Operacionalização da Pesquisa**

A operacionalização da pesquisa foi feita na base dos instrumentos e recolha de dados acima descritos.

#### **3.5.1. Identificação das políticas e estratégias existentes em Moçambique relacionadas a economia verde**

Para se identificar as políticas e estratégias existentes em Moçambique relacionadas a economia verde, recorreu-se a uma análise documental (políticas governamentais e estratégias corporativas), como abordagem qualitativa, usada como método autónomo possível de aproveitar documentos das fontes primárias para a autenticidade e a confiabilidade de texto. (Cellard, 2008). Bem como através do inquérito por entrevista cujo objectivo principal consiste em fornecer informação detalhada e profunda sobre as políticas e estratégias que Moçambique adopta face a economia verde, de forma a contribuir para a compreensão destes instrumentos. Ideia alinhada com a de Morgado, 2013.

#### **3.5.2. Avaliação do impacto potencial da implementação do modelo da economia verde no desenvolvimento económico, social e ambiental**

Para Avaliar o impacto potencial da implementação do modelo da economia verde no desenvolvimento económico, social e ambiental, recorreu-se a questionários e entrevistas. Segundo Marconi e Lakatos (1999), entrevista é uma técnica de recolha de dados, onde duas pessoas se encontram a fim de obter informações a respeito de um determinado assunto. E questionário, é um instrumento de colecta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito (Ibid). Após a colecta desses dados, usou-se MS EXCEL para a sua avaliação quantitativa.

### **3.5.3. Proposta de recomendações para a efectiva implementação do modelo de economia verde em Moçambique**

Para propôr recomendações para a efectiva implementação do modelo de economia verde em Moçambique, foi feita uma análise comparativa com os países que lograram sucessos na implementação do modelo de economia verde, através da análise documental, que consiste na obtenção de informação significativa que irão possibilitar a elucidação do objecto de estudo e contribuir na solução dos problemas de estudo propostos. (Cellard, 2008), bem como através da avaliação dos dados obtidos seja no inquérito por entrevista ou mesmo por questionário, onde os entrevistados deixaram as suas recomendações.

## CAPÍTULO 4: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, faz-se a sistematização dos resultados obtidos através dos instrumentos (Entrevista e questionário). Os aspectos aqui apresentados reflectem sobretudo os objectivos específicos do estudo. Os dados são apresentados na forma descritiva, gráfica bem como em tabelas.

### 4.1. CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO INQUERIDA

Pretende-se com esta informação, dar a conhecer a idade, o sexo e o nível de escolaridade dos entrevistados, pois é essencial na planificação de políticas públicas, saúde, educação, habitação, entre outros.

Tabela 4.1.1: Característica Sócio demográfica dos Entrevistados

Categoria		Nº dos Respondentes			Percentagem (%)
		Comunidade	Governo(MAAP)	ONG's (FAO)	
<b>Idade (Anos)</b>	20 – 35	19	0	1	47%
	36 – 59	17	2	0	44%
	Mais de 59	4	0	0	9%
<b>Sexo</b>	Masculino	17	2	0	44%
	Feminino	23	0	1	56%
<b>Nível de Escolaridade</b>	Sem instrução	5	0	0	12%
	Nível Básico	13	0	0	30%
	Nível Médio	16	0	0	37%
	Técnico-Profissional	2	0	0	5%
	Nível Superior	4	2	1	16%
<b>Sub-Total</b>		<b>40</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	
<b>Total</b>		<b>43</b>			<b>100%</b>

Fonte: O AUTOR

Na tabela 4 observa-se que 47% dos entrevistados são jovens com idade compreendida entre 20 a 35 anos e 44% são adultos de 36 a 59 anos, isto mostra a predominância da camada juvenil na pesquisa, o que é muito positivo, devido a dinâmica que este grupo etário possui. Ademais, 56% dos entrevistados são do sexo feminino o que mostra a predominância do género e apenas 44% do sexo masculino, isto revela que a mulher continua sendo a força motriz para o desenvolvimento da comunidade e do país em geral, assim, há necessidade de se educar cada vez mais este género de modo a facilitar a adopção de práticas sustentáveis na comunidade em particular. No que concerne ao nível de escolaridade, observa-se que mais de 85% passaram por uma instituição de ensino, o que demonstra que possuem uma base educacional que pode facilitar a aplicação das políticas do modelo de economia verde na comunidade. É preocupante ter-se 12% de entrevistados sem ter frequentado

uma instituição de ensino, pois, estes poderão resistir as novas políticas de desenvolvimento para sua própria comunidade. Mas, isto acaba sendo um desafio para as autoridades competentes em promover a educação ambiental na comunidade.

## **4.2.RESULTADOS DO INQUÉRITO DIRIGIDO AOS TÉCNICOS DO SECTOR PÚBLICO E ONG**

Esta foi feita aos gestores do MAAP (em duas direcções), em representação ao sector público (Estado) e ONGs.

### **1. Identificação das políticas e estratégias existentes em Moçambique relacionadas a economia verde**

#### **1.1. Políticas e Estratégias**

Com o fim de garantir o direito ao ambiente no quadro de um desenvolvimento sustentável, o Estado adopta diversas políticas e estratégias visando a integração dos objectivos ambientais, económicos e sociais nas políticas sectoriais, designadamente:

- Política Nacional do Ambiente (1994 – 2025): representa guia das demais políticas e estratégias que visam proteger o meio ambiente;
- Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS, 2015);
- Política Nacional de Florestas e Fauna Bravia: Com foco na conservação da biodiversidade e no uso sustentável dos recursos naturais;
- Política do Planeamento e Ordenamento do Território;
- Plano de Acção para a Economia Verde (PAEV, 2013–2023);
- Plano Quinquenal do Governo (PQG): Incorpora metas de desenvolvimento sustentável, enfatizando a transição para uma economia de baixo carbono
- Programa Sustenta;
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2015–2035): Focada na integração dos pilares ambiental, social e económico;
- Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas (ENAMMC): Voltada à resiliência climática e mitigação dos impactos ambientais;
- Estratégia Nacional de Energias Renováveis;

- Estratégia de Gestão de Recursos Hídricos;
- Estratégia Nacional de Resíduos.

Pode se verificar que Moçambique durante este período tem envidado esforço na elaboração de políticas e estratégias voltadas a economia verde rumo ao desenvolvimento sustentável do país, facto de dizer sim que há vontade de proteger o meio ambiente pensando nas gerações futuras. Mas também de salientar que não basta ter políticas e estratégias bem desenhada, sem ser acompanhada por uma legislação forte, para o cumprimento.

### **1.2.Evolução das Políticas e Estratégias adoptadas**

Quanto a evolução das políticas e estratégias adoptadas face ao modelo de economia verde para o desenvolvimento sustentável em Moçambique, os entrevistados convergiram, ao afirmarem que sim houve mudanças significativas, mas deve ser melhorado. Onde para o *Estado* (MAAP), estes instrumentos servem como reguladores, uma vez que na actualidade qualquer actividade deve estar integrada a práticas sustentáveis, observando maior articulação entre planos climáticos e económicos, apesar de persistirem lacunas na execução. e para *Sector Privado*, a evolução foi marcada por uma crescente conscientização sobre a importância da sustentabilidade para o desenvolvimento económico. Inicialmente, as políticas eram mais voltadas à mitigação de danos ambientais e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, ao longo do tempo, houve uma transição para estratégias mais integradas, como, foco em energia renovável (introdução de projectos solares e eólicos); investimentos em agricultura sustentável (promoção de técnicas de agroecologia e uso eficiente de água) e integração de comunidades locais (maior ênfase na participação comunitária no uso de recursos naturais). Mudanças significativas incluem o alinhamento das políticas nacionais com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a legislação para atrair investimento privado em projectos de economia verde.

Esta convergência, mostra que Moçambique está no caminho rumo ao desenvolvimento sustentável.

### **1.3.Principais Desafios na implementação das Políticas e Estratégias**

Os intervenientes afirmam de modo uníssona que os principais desafios são:

- Financiamento insuficiente: Muitos projectos dependem de doadores internacionais;

- Fraca coordenação intersectorial;
- Baixa capacitação institucional: défice de profissionais qualificados na área ambiental;
- Falta de dados actualizados;
- Conflito de interesses: exploração de recursos naturais, como mineração, muitas vezes contradiz as práticas de economia verde;
- Infraestrutura precária: dificuldade em implementar tecnologias limpas em áreas rurais.

Esses desafios foram parcialmente superados com apoio internacional e maior envolvimento de ONGs e sector privado.

#### **1.4. Programas e Projectos de sucesso na Implementação da EV**

Para o caso do Sector privado, destaca os seguintes:

- Programa de Energias Renováveis (FUNAE): Promove o acesso à energia limpa em áreas rurais;
- Iniciativa REDD+: Redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, com foco na conservação de florestas;
- Programa de Agricultura Sustentável (PROMER): que incentiva práticas agrícolas resilientes;
- Projecto de Energia Solar Mocuba: Um marco na geração de energia renovável.

Enquanto o Estado destaca:

- Programa Sustenta;
- ProEnergia;
- Gestão Integrada de Recursos Naturais na Zambézia e Niassa;
- Introdução de fogões melhorados;
- ProAzul e MozBio;
- Projecto sobre gestão sustentável de resíduos;
- Planos de adaptação no contexto de mudanças climáticas;
- Programa de combate à desertificação.

O sucesso dos programas e projectos segundo os entrevistados, foi visível na área económica, tendo gerado empregos para os cidadãos, contribuindo para o crescimento económico (com maior ênfase depois da pandemia de COVID-19). Ambientalmente houveram construções de infraestruturas

resilientes, mitigação de mudanças climáticas, proibição de pesca e exploração de carvão vegetal no período de veda, e socialmente houve distribuição de água e energia limpa para as comunidades, aproximação da justiça as comunidades (um Distrito, um Tribunal), bem como dotou os agricultores e os demais actores de práticas sustentáveis na sua actividade seja agrícola ou mesmo não agrícola.

Com base nos resultados obtidos face as políticas e estratégias desenhadas para a implementação do modelo de economia verde, revela que Moçambique possui um conjunto de políticas e estratégias que sustentam a implementação deste modelo como estratégia de desenvolvimento sustentável. Entre elas destacam-se: a estratégia de Crescimento Verde (2012 – 2030), o Pnamc, a PNA e o PQG (2020 – 2024), que integra metas relacionadas a gestão sustentável dos recursos naturais.

No entanto, apesar da existência desses instrumentos, revela-se um descompasso entre o quadro normativo e a sua efectiva implementação, embora o país demonstre compromisso com os princípios da EV, a implementação prática ainda é limitada, por diversos factores, como escassez de financiamento interno e externo, a ausência de incentivo fiscais claros para práticas verdes, fraca capacidade institucional, e fraca coordenação intersectorial. Este facto corrobora com os estudos da PNUMA (2020) e do WB (2021), que apontam para necessidade de maior integração das políticas verdes com os planos económicos nacionais.

Contudo, os técnicos entrevistados, ressaltaram a existência de projectos isolados em áreas como energias renováveis, agricultura sustentável, gestão florestal e de resíduos, através das iniciativas como o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (Pnamc), políticas de gestão ambiental (PGA) e investimentos em energias renováveis. Isso sugere que, embora existam políticas, falta uma estratégia operacional eficaz para a consolidação da economia verde como vector do DS.

Portanto, os resultados indicam que Moçambique possui um quadro normativo favorável à EV, mas carece de mecanismos robustos de implementação, monitoria e avaliação. Para que essas políticas sejam efectivas é necessário fortalecer a capacidade institucional, promover treinamento do pessoal (recursos humanos), ampliar o acesso a financiamentos verdes e garantir maior participação da sociedade civil e sector privado.

### **1.5. Indicadores ou métricas específicos usados para medir os impactos**

- Percentual de energia renovável na matriz energética;

- Área de florestas protegidas;
- Acesso à água potável;
- Taxa de reciclagem;
- Taxa de desmatamento anual;
- Investimento crescente em infraestrutura sustentável;
- Número de empregos criados em sectores verdes.

#### **1.6. Comunidades que beneficiaram da implementação do modelo de EV**

- Beluluane (Provincia de Maputo): Parque industrial da Mozal;
- Mabalane (Gaza): energia solar e manejo florestal;
- Panda (Inhambane): Gás de Temane, Sasol;
- Songo (Tete): Hidroeléctrica da Cahora Bassa;
- Gurué (Zambézia): agricultura de café
- Moma (Nampula): Projecto de areias pesadas de Moma
- Quirimbas (Cabo Delgado): turismo ecológico

### **4.3. RESULTADOS DO INQUÉRITO DIRIGIDO À COMUNIDADE**

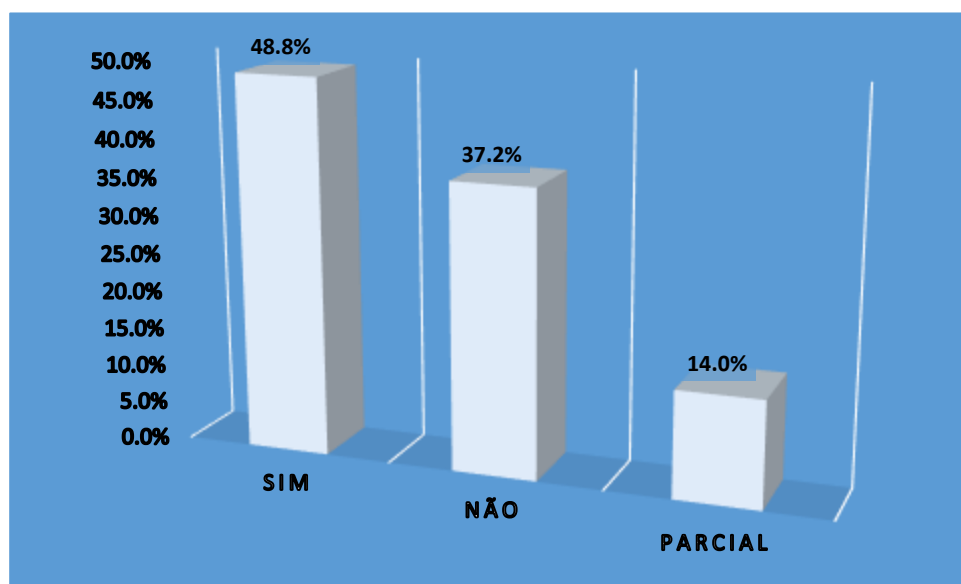
Este inquérito complementa o primeiro, dirigido aos técnicos de sectores (público e ONGs) que zelam pela implementação eficaz do modelo de economia verde no país. Assim, com base nos resultados da entrevista, foi possível identificar a amostra para aplicação do questionário. Neste caso trata-se das comunidades beneficentes da implementação do modelo de EV em Moçambique, de forma particular a comunidade de Beluluane e do Infulene na província de Maputo.

A escolha destas comunidades foi no sentido destas terem se beneficiado, segundo os técnicos entrevistados. A comunidade de Beleluane e do Infulene foram escolhidas para avaliar os impactos positivos e negativos da implementação deste modelo no seio da comunidade. Foram abrangidos agricultores e não agricultores.

#### **4.3.1. Sobre conceito da Economia Verde**

Nesta secção, pretende-se aferir o quão os entrevistados entendem o conceito de economia verde para o desenvolvimento sustentável em Moçambique.

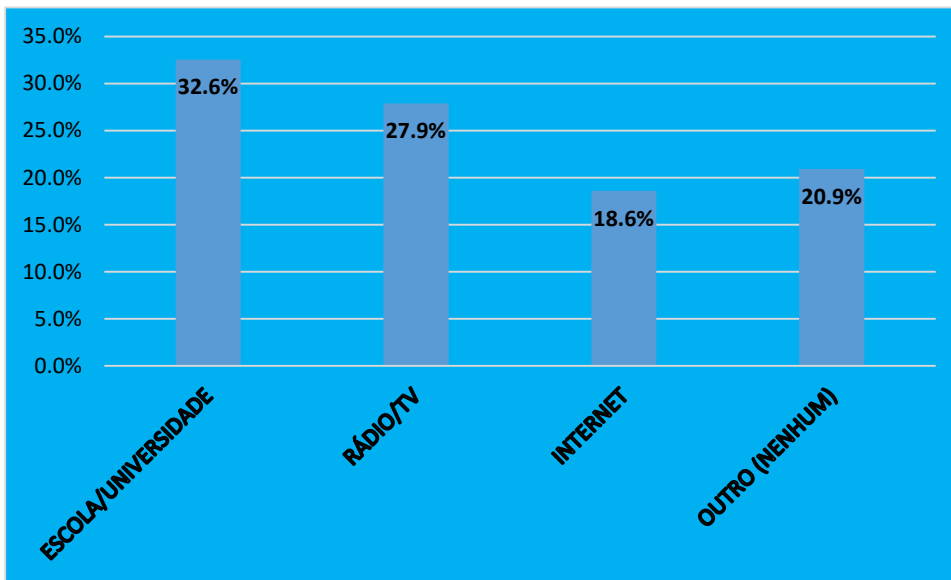
**Gráfico 4.3.1. 1: Percepção sobre o conceito de economia verde**



Fonte: O AUTOR

No que concerne ao conceito de “economia verde” (gráfico 4.3.1.1), observa-se que há um nível razoável de conhecimento sobre o conceito. Cerca de 48% dos entrevistados afirmaram que já ouviram falar de economia verde e suas acções, cerca de 37% disseram não ouviram falar e 14% demonstram conhecimento parcial sobre o conceito, isto revela exposição mais prática do termo. Em termos médios, pode-se concluir que a maioria (cerca de 51%) da população apresenta lacunas no conhecimento sobre economia verde, que ainda não está amplamente difundida na comunidade, isto pode comprometer o sucesso da implementação de políticas ligadas ao modelo de economia verde, bem como a participação consciente nas práticas sustentáveis. Assim, de modo a minimizar este défice, há necessidade de desenvolver-se acções de sensibilização e educação ambiental na comunidade e na população agrícola.

**Gráfico 4.3.1. 2: Meio de Comunicação**



**Fonte: O AUTOR**

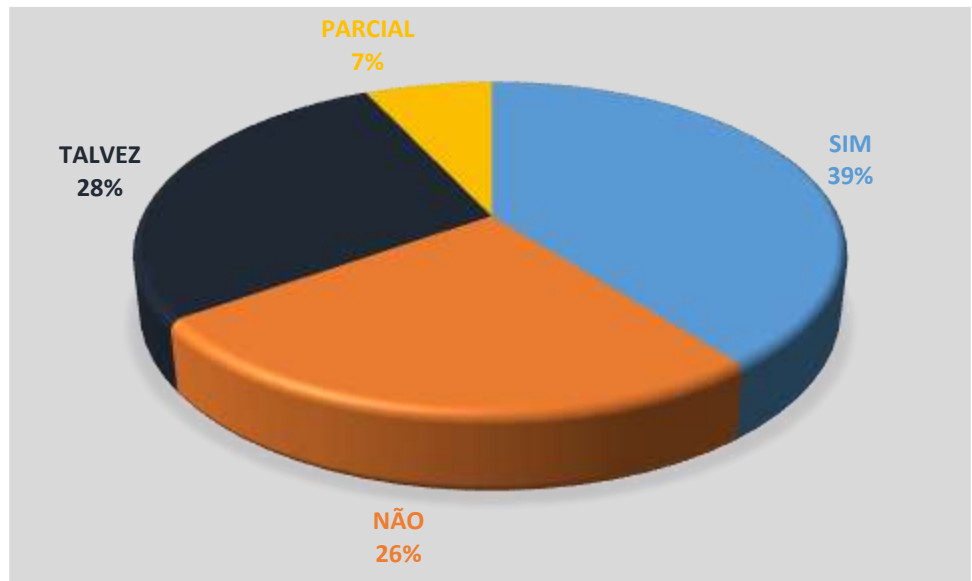
O gráfico 4.3.1.2 mostra os principais canais de informação através dos quais os entrevistados tiveram conhecimento da existência do conceito da economia verde.

De forma minuciosa, observa-se que um pouco mais de 32% afirmaram que tiveram informação sobre a economia verde na Escola e Universidade, demonstrando o papel da educação formal na introdução de conceitos de sustentabilidade, cerca de 27% através da Rádio e TV o que ilustra a relevância deste meio na zona rural e semi-urbana, apenas cerca de 18% tiveram acesso a informação através da internet, demonstrando fraco uso de tecnologias digitais, evidenciando uma exclusão digital que limita o acesso a informação por este meio considerado moderno e eficiente, e cerca de 20% afirmaram que tiveram informação por outro meio não tradicional, que é muito preocupante, pois mostra a limitação no acesso a informação.

Observando minuciosamente os dados obtidos no gráfico, conclui-se que existem uma falha na disseminação de informação através dos meios de comunicação tradicionais, visto que em média, cerca de 20% tiveram acesso a informação por outras fontes informais ou inexistentes, este dado revela uma limitação no acesso a meios de comunicação formal e estruturado, o que pode comprometer a disseminação de conhecimento sobre a economia verde. A fraca acessibilidade de informação por via de meios de comunicação tradicionais, representa um desafio à implementação eficiente do modelo de economia verde. Para uma implementação eficaz deste modelo (economia

verde) rumo ao desenvolvimento sustentável, deve-se fortalecer a comunicação local, através da rádio comunitária, Escola, capacitação dos beneficentes e apoio digital, assim, garante a disseminação plena de informação.

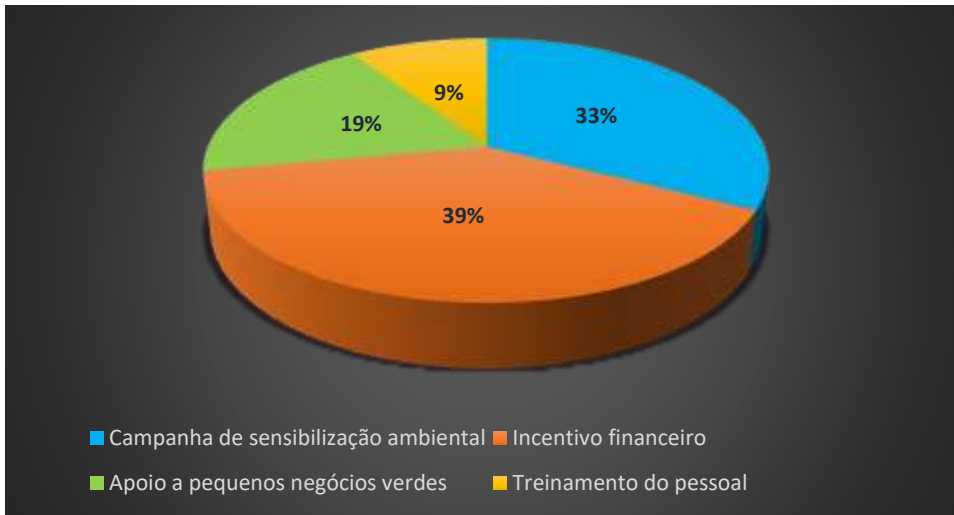
**Gráfico 4.3.1. 3: Práticas ligadas a economia verde**



**Fonte: O AUTOR**

A maioria (39%) dos entrevistados afirmaram que na comunidade existem práticas ligadas ao modelo de economia verde, o que demonstra um caminho para a efectividade do desenvolvimento sustentável. 35% estão na dúvida da existência dessas práticas sustentáveis na comunidade (onde 28% responderam que talvez haja prática sustentável e 7% afirmaram de modo parcial). Não menos importante 26% disseram que não existem uma prática verde na comunidade, o que é mais alarmante, pois trata-se de uma comunidade propensa a riscos ambientais e com o desenvolvimento social aquém das expectativas. Estes resultados mostram que a comunidade tem dificuldades de distinguir algo ligado a economia verde, assim há necessidade de promover mais a educação ambiental na comunidade.

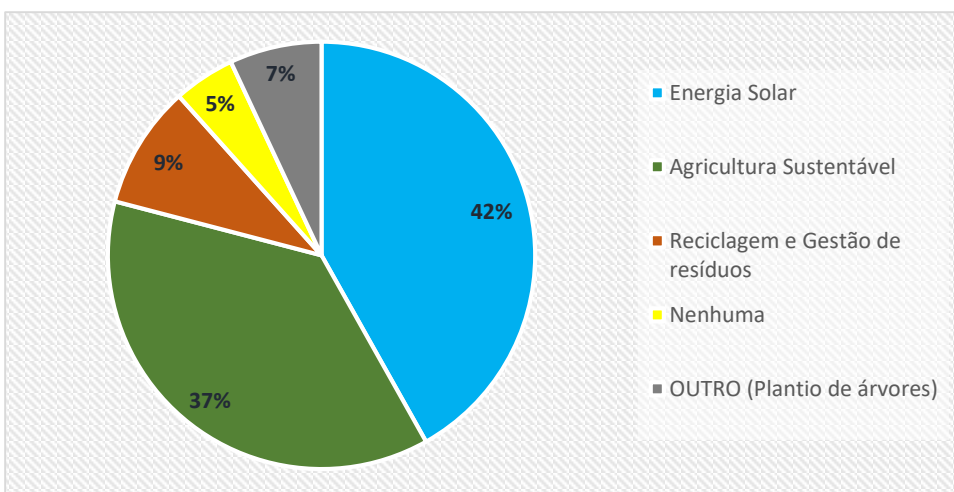
**Gráfico 4.3.1. 4: Ações que Estimulam Economia Verde na Comunidade**



Fonte: O AUTOR

Face aos resultados verificados no gráfico 4.3.1.3, onde 35% não tem a certeza da prática sustentável na comunidade e 26% com certeza de não existência dessas práticas, conclui-se que com base no gráfico 4.3.1.4, há necessidade de promover ações que estimulam a economia verde na comunidade, assim, 33% dos entrevistados defendem que haja campanha de sensibilização ambiental e 39% pede um incentivo financeiro para a promoção dessas práticas verdes. Ademais, 9% afirmam que o treinamento do pessoal na comunidade pode estimular a economia verde e 19% pedem apoio a pequenos negócios verdes (como: reciclagem de resíduos sólidos, compostagem, agricultura orgânica).

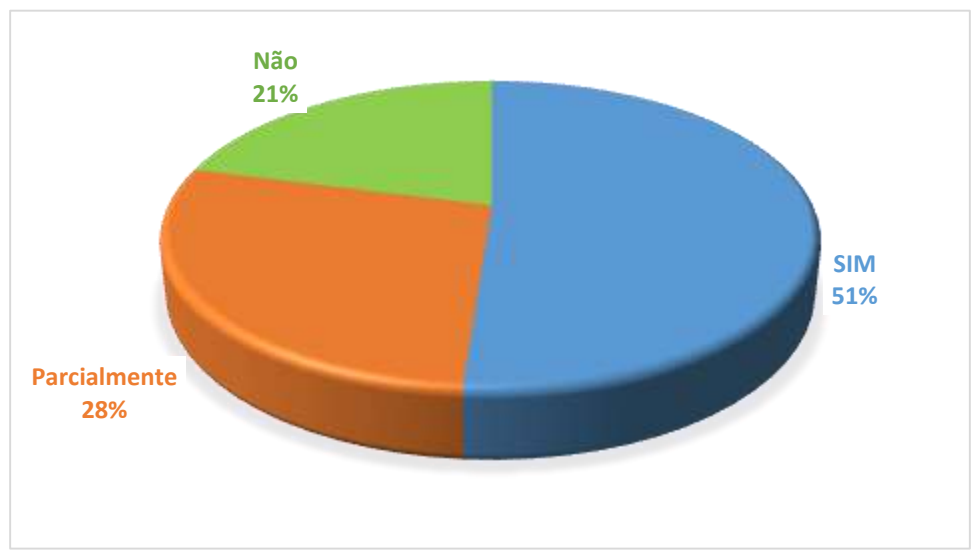
**Gráfico 4.3.1. 5: Práticas Sustentáveis Implementadas na Comunidade**



Fonte: O AUTOR

Dentre os entrevistados, 42% destacam a energia solar como o projecto mais implementado na comunidade, revelando a crescente valorização e adopção de fontes de energia limpa, impulsionada provavelmente pela localização da comunidade, demonstrando a consistência das políticas energéticas sustentáveis em Moçambique. 37% dos entrevistados viram a agricultura sustentável como uma das práticas sustentáveis implementadas na comunidade, demonstrando o compromisso em promover práticas agrícolas sustentáveis (como a compostagem, rotação de culturas e adubo orgânico) que preservam o meio ambiente e futuramente a segurança alimentar. Estes resultados estão alinhados com as práticas agrícolas sustentáveis recomendadas pela FAO para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, degradação do solo e insegurança alimentar. Em termos empírico, os agricultores Zimbabweanos reverteram a degradação do solo utilizando o adubo orgânico e a compostagem (AP NEWS, 2024). A reciclagem e gestão de resíduos e acções de reflorestamento (Outro: Plantio de árvores) também foram um dos projectos implementados na comunidade, segundo 9% e 7% dos entrevistados respectivamente, isto mostra que há necessidade de maior investimento para projectos dessa natureza. Apenas 5% afirmaram que não houve nenhuma implementação de práticas ligadas a economia verde na comunidade o que denuncia lacunas na inclusão social. Assim, há necessidade de reforçar a campanha de sensibilização sobre políticas de economia verde no seu todo. (Gráfico 4.3.1.5)

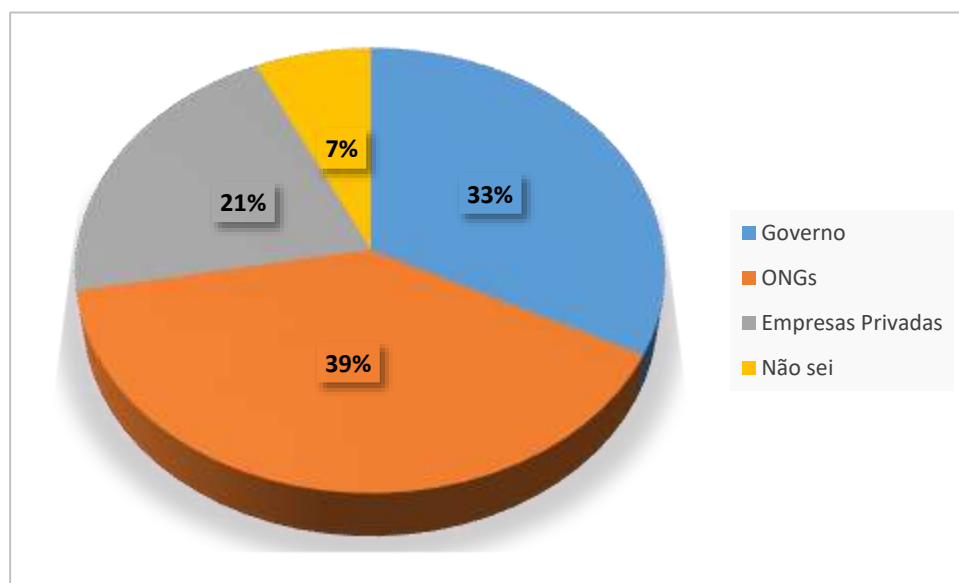
**Gráfico 4.3.1. 6: Contribuição das Práticas Sustentáveis para o Desenvolvimento Sustentável**



Fonte: O AUTOR

Os dados do gráfico 4.3.1.6 mostram que 51% dos entrevistados afirmaram que as práticas sustentáveis implementadas na comunidade contribuem de forma efectiva para o desenvolvimento sustentável, revelando um conhecimento óbvio da importância da adopção das práticas sustentáveis para o bem-estar comum promovendo melhorias a nível social, económica e ambiental. Por outro lado, 28% consideram que as práticas sustentáveis contribuem parcialmente, o que sugere a necessidade de reforçar as políticas públicas, campanhas de sensibilização e investimentos que ampliem os impactos positivos das práticas sustentáveis no desenvolvimento sustentável. Apenas 21% dos entrevistados negam qualquer contribuição das práticas sustentáveis no desenvolvimento sustentável revelando uma possível falta de contacto directo dos benefícios protagonizados das iniciativas deste modelo (economia verde), logo há necessidade de garantir a participação efectiva dos cidadãos nas acções sustentáveis que promovam o desenvolvimento inclusivo e duradouro da comunidade e do país.

**Gráfico 4.3.1. 7: Parceiros que apoiaram na Implementação do modelo de EV na comunidade**



Fonte: O AUTOR

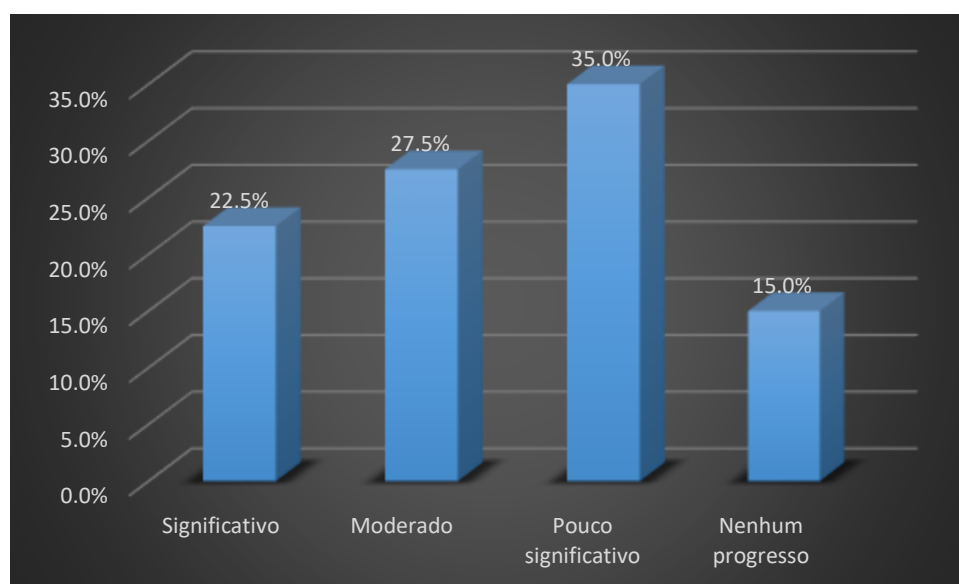
De acordo com os dados apresentados no gráfico 4.7, observa-se que as ONG's destacaram-se como principais parceiros na implementação de práticas sustentáveis na comunidade, com 39% dos inquiridos a indicar este parceiro, demonstrando que o sector não governamental tem um papel relevante para a implementação plena de economia verde em Moçambique. 21% dos entrevistados, afirmam que as empresas privadas são parceiros dignos na implementação das práticas verdes, isto revela a crescente preocupação por parte destes parceiros na preservação do meio ambiente, pensando

nas gerações futuras. 33% indicam o governo como principal parceiro na implementação das práticas sustentáveis na comunidade, demonstrando o seu posicionamento como um fiscalizador das políticas ligadas a economia verde, e, apenas 7% dos entrevistados desconhecem a proveniência dos esforços para a implementação de economia verde na comunidade. Para uma plena implementação do modelo de economia verde na comunidade, há necessidade de haver uma relação consistente entre os actores.

#### 4.3.2. Impacto no Desenvolvimento Económico, Social e Ambiental

Nesta secção, pretende-se avaliar o impacto da prática sustentável no desenvolvimento económico, social e ambiental.

**Gráfico 4.3.2. 1: Progresso com a implementação de economia verde**

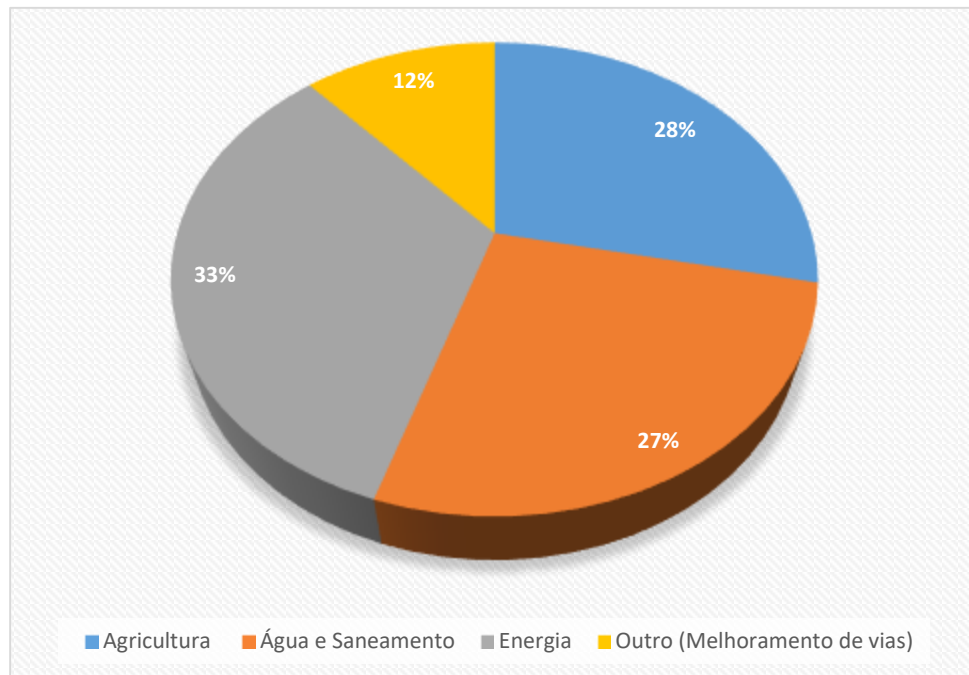


Fonte: O AUTOR

O gráfico 4.3.2.1 mostra a percepção dos entrevistados sobre o progresso resultante da implementação do modelo de economia verde. Cerca de 23% dos entrevistados revelam que o progresso foi significativo, uma vez ter mostrado melhorias principalmente no acesso a energias renováveis, acesso a água potável e a prática sustentável agrícola, um pouco mais de 27% defendem que o progresso foi moderado, 35% estão convicente que o progresso foi pouco significativo e que poderia ter dado mais, caso houvesse transparência na implementação, e apenas 15% não conseguiram identificar progresso algum com a implementação do modelo de economia verde. Isto revela que maior parte dos entrevistados reconhecem que há um progresso descrito com a implementação da economia verde

na comunidade, ainda que não seja de forma efectiva. Em suma, o resultado é positivo, mas aponta para melhorias.

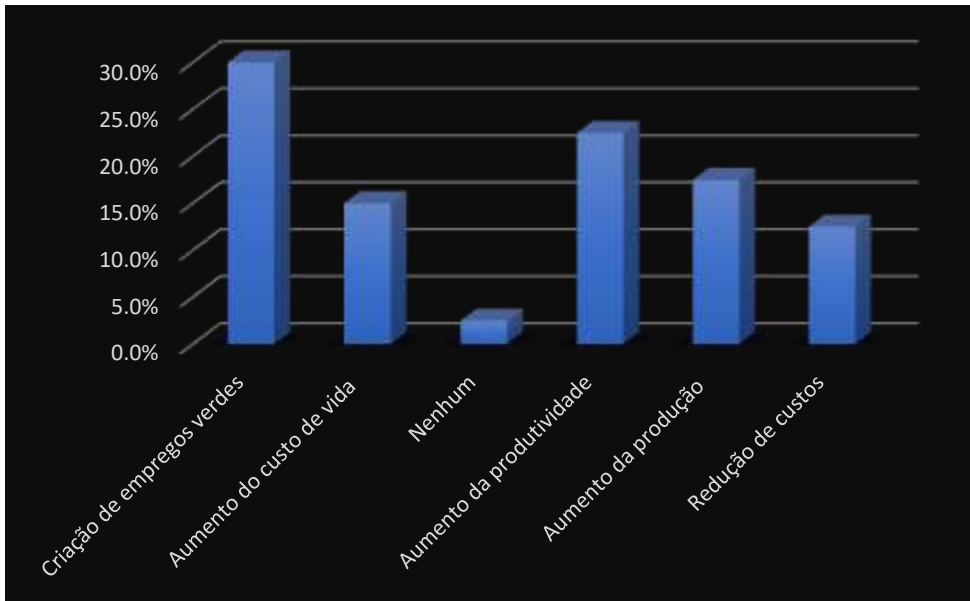
**Gráfico 4.3.2. 2: Sectores que demonstraram Progresso**



Fonte: O AUTOR

De acordo com o resultado obtido no gráfico 4.3.2.2, observa-se que 33% dos entrevistados alegam que o sector de energia é o que registou progresso com a implementação de economia verde, visto que o acesso à energia limpa na comunidade aumentou, 28% consideraram o sector agrícola a que mais progrediu, apontando o projecto sustenta como a que dinamizou a actividade, 27% viram o sector das águas e saneamento a progredir, destacando a melhoria no fornecimento e distribuição do precioso liquido na comunidade e apenas 12% dos entrevistados confirmam que a implementação da economia verde melhorou vias de acesso (sector de estrada) na comunidade. Estes resultados demonstram que a prática sustentável eficaz é a solução para um ambiente saudável e próspero.

**Gráfico 4.3.2. 3: Impacto Económico**

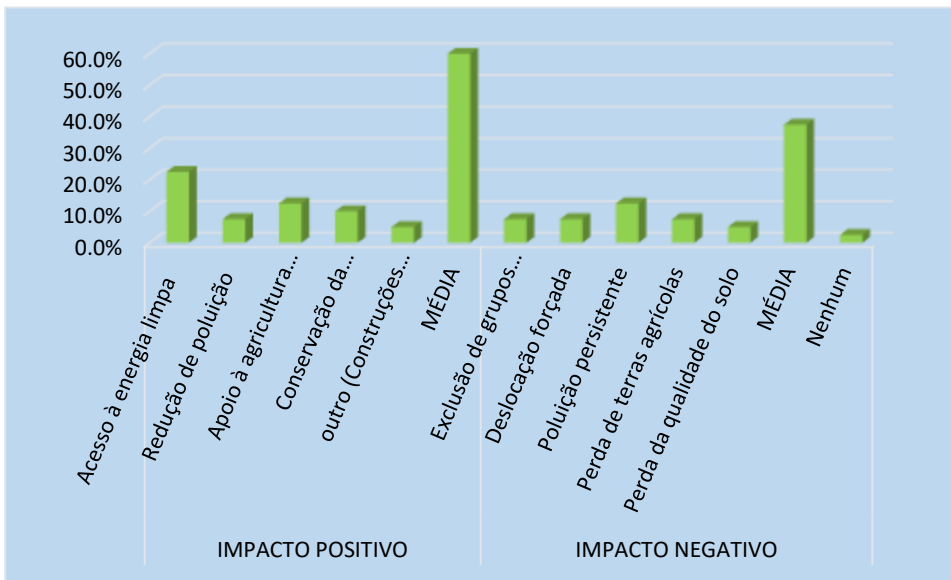


Fonte: O AUTOR

Dentre os impactos positivos a nível económico observados com a implementação do modelo de economia verde, cerca de 30% dos entrevistados identificaram a criação de empregos verdes como a que se visualizou mais, cerca de 13% identificaram outras acções como redução de custos de alguns produtos, cerca de 23% dos inquiridos apontam aumento da produtividade, e um pouco mais de 17% afirmaram que houve aumento da produção. E em termos negativos destaca-se 15% dos entrevistados a afirmarem que houve aumento de custo de vida, o que não é esperado quando se introduz este tipo de iniciativas. Cerca de 2% dos inquiridos descreveram que não houve nenhum impacto significativo a nível económico com a implementação do modelo de economia verde. Estes resultados embora demonstrando limitação na aplicação deste modelo nas comunidades, são promissores pois demonstram que o modelo traz mudanças significativas no seio da população e no país em geral (crescimento do PIB, após a recessão de 2020), estando alinhado com o ODS8<sup>2</sup> (Trabalho Decente e Crescimento Económico) e com os respectivos indicadores do desenvolvimento sustentável. (Gráfico 4.3.2.3)

<sup>2</sup> ODS8 – Objectivo de Desenvolvimento Sustentável nº 8

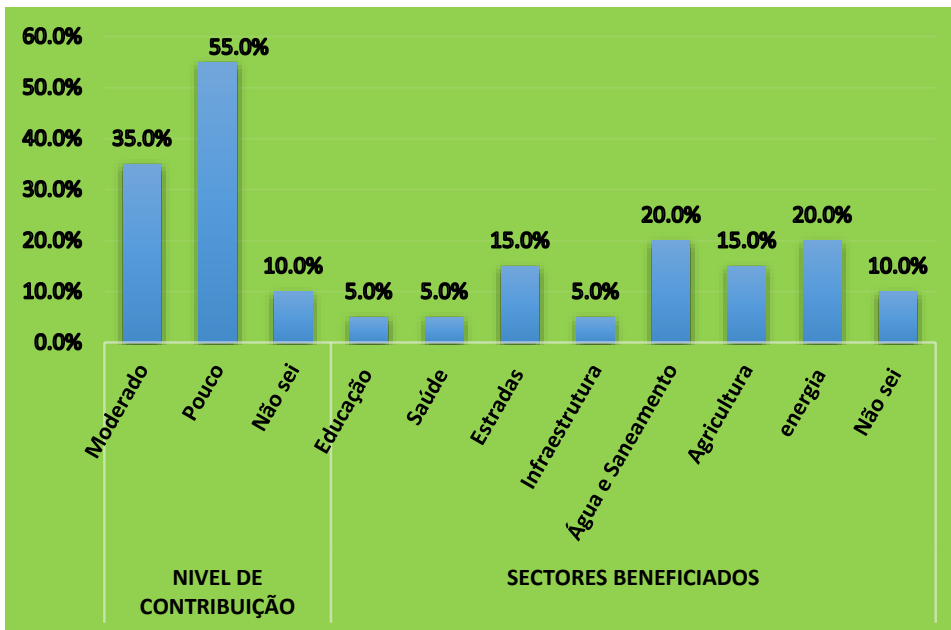
**Gráfico 4.3.2. 4: Impacto Ambiental**



Fonte: O AUTOR

Avaliando de forma minuciosa o impacto ambiental com a implementação do modelo de economia verde, pode-se observar que em termos médios 60% dos entrevistados afirmaram que o modelo de economia verde trouxe ganhos para a comunidade, referindo-se ao acesso à energia limpa (22.5%), a redução de poluição (7.5%), a apoio à agricultura sustentável (12.5%), a conservação da biodiversidade (10%) e a construção resiliente de infraestruturas (5%). Cerca de 38% dos entrevistados afirmaram que a implementação trouxe impactos negativos ao ambiente, através da exclusão de grupos vulneráveis (7.5%), da deslocação forçada da população (7.5%) para implantar indústrias ou explorar recursos, da poluição persistente (12.5%) principalmente para as comunidades próximas as indústrias, da perda de terras agrícolas (7.5%) e da qualidade de solo (5%). Um pouco mais de 2% não identificaram nenhum impacto seja positivo ou negativo. Estes resultados estão alinhados com os do governo e instituições não governamentais, que afirmaram a existência de ganhos advindos deste modelo, mesmo que seja de forma reduzida aliam-se com ODS13 (Acção Climática), devendo, segundo os técnicos fazer-se mais pois este modelo visa preservar o meio ambiente. (Gráfico 4.3.2.4)

Gráfico 4.3.2. 5: Contribuição Social



Fonte: O AUTOR

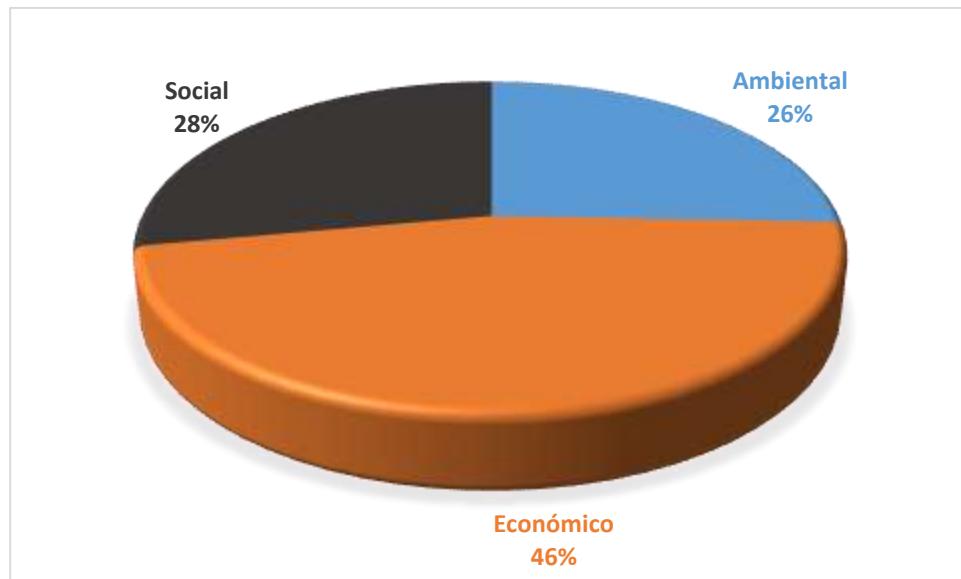
O gráfico 4.3.2.5 mostra a contribuição e sectores beneficiados do modelo de economia verde na comunidade. Neste caso, com base nos resultados visíveis no gráfico, consta que a implementação do modelo ainda é desigual, visto que 55% dos entrevistados afirmaram que houve pouca contribuição no desenvolvimento social, e 35% observaram um desenvolvimento moderado e apenas 10% não sabem se houve ou não desenvolvimento social. Observando do lado sectorial que mais se beneficiaram, consta que 20% acreditam que o sector das águas e saneamento é o mais beneficiado com a implementação do modelo, de igual modo segue o sector de energia com 20% dos entrevistados a confirmar, as estradas e a agricultura seguem com 15% para cada, 5% afirmaram que o sector de saúde saiu beneficiado (a título de exemplo, falaram do combate a COVID-19, das cirurgias de borla promovidas pelo MISAU nos últimos anos), 5% acreditam que a implementação do modelo contribuiu bastante no sector de educação (construção e melhoramento de escolas), o sector da infraestrutura beneficiou-se também com a implementação segundo 5% dos entrevistados. Apenas 10% dos inquiridos não sabem qual sector foi beneficiado com a implementação do modelo.

Estes resultados não são animadores, pois esperava-se que com a implementação o desenvolvimento social estivesse em alta, mas devido a vários factores elencados pelos técnicos permanece na expectativa. Mas com a fiscalização adequada, relação intersectorial e investimento neste modelo, o

país estará apto em melhorar a situação e estar alinhado com os objectivos de desenvolvimento sustentável.

Em suma, os resultados mostram que durante este período de quase uma década da implementação do modelo de economia verde em Moçambique, teve um impacto nos três pilares.

**Gráfico 4.3.2. 6: Impacto na Dimensão Ambiental, Económico e Social**



Fonte: O AUTOR

O gráfico 4.3.2.6, mostra o impacto da economia verde nas três dimensões de desenvolvimento sustentável. De modo minucioso observa-se que a implementação do modelo de economia verde teve a diversificação económica como impacto mais significativo, algo comprovado por cerca de 46% dos entrevistados, visto que o modelo da economia verde mostrou-se relevante na dinâmica de sectores produtivos, como a agricultura sustentável, energias renováveis e gestão de resíduos. Os dados evidenciam que práticas sustentáveis geraram novos empregos verdes, aumentaram a produtividade e produção, reduzindo custos operacionais estimulando o crescimento económico de forma inclusiva e resiliente.

No campo ambiental, 26% dos entrevistados revelaram avanços na conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais, tendo impactado na redução do desmatamento (por meio de iniciativas como o REDD+), melhoria na gestão da água (implementação de sistemas de irrigação eficientes), promoção da biodiversidade (conservação de áreas protegidas e manejo sustentável de

florestas, que culminou com a criação de programa de gestão integrada da paisagem da Zambézia: ZILMP), no uso de energia limpa (redução das emissões de carbono com o aumento da geração de energia solar e eólica) e práticas agrícolas menos agressivas ao meio ambiente, bem como na redução de poluição, fortalecendo a sustentabilidade ecológica.

No que concerne a dimensão social, os resultados (28%) indicam que a implementação do modelo contribuiu para melhoria da qualidade de vida de cidadãos, especialmente por meio de acesso a água potável e saneamento, acesso à energia limpa, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e promovendo bem-estar, acesso à educação e saúde favorecendo comunidades vulneráveis rurais e suburbanas no acesso a serviços básicos e oportunidades de emprego estáveis.

## **CAPÍTULO 5: CONCLUSÃO e RECOMENDAÇÃO**

### **5.1.CONCLUSÃO**

A análise da implementação do modelo de economia verde em Moçambique na promoção do desenvolvimento sustentável, tem sido feito no âmbito das desigualdades existentes no seio da população moçambicana. Este modelo despertou muito interesse pelos seus princípios em trazer a justiça social, acabar com a pobreza e promover o desenvolvimento da nação. É com base neste modelo que uma determinada economia pode desenvolver sem pressionar o meio ambiente, pensando nas gerações futuras. Ademais, promover uma igualdade social e conseqüentemente o bem-estar da sociedade.

A economia verde, definido como economia de baixo carbono, eficiente em termos de recursos e socialmente inclusiva, que reduz os riscos ambientais e escassez ecológica, é um modelo de extrema importância para promover o desenvolvimento sustentável. Para o caso particular de Moçambique, tem se destacado a ausência de um estudo sobre este modelo (Economia verde) para promover o desenvolvimento sustentável, pese embora que esteja em acção a sua implementação desde 2012, assim, este facto determinou a realização deste estudo, cujo objectivo avaliar o impacto potencial da implementação do modelo de economia verde no desenvolvimento económico, social e ambiental.

Para o alcance dos objectivos deste trabalho foi usado o inquérito por entrevista, destinado aos técnicos de MAAP e FAO e inquérito por questionário destinado as comunidades beneficentes. O estudo usou uma amostra composta por 43 indivíduos, dos quais 3 técnicos e 40 indivíduos das comunidades beneficentes.

O estudo procurou responder ao problema da pesquisa, onde os dados recolhidos mostram que a implementação do modelo de economia verde representa um caminho promissor, embora ainda desigual entre os sectores. Sendo que a agricultura sustentável e o uso das energias limpas tem registado progressos, graças ao apoio técnico e financeiro de parceiros internacionais. Em contraste, sectores como educação, saúde, indústria e transportes continuam com baixa integração de práticas verdes.

Outro factor recorrente é a limitação institucional, com défice de recursos humanos qualificados, dificuldades de coordenação inter-sectorial e escassez de financiamento nacional. A participação

comunitária ainda é limitada, embora alguns projectos demonstrem que o envolvimento local melhora a eficácia e a sustentabilidade das iniciativas programadas.

As hipóteses formuladas foram, em sua maioria confirmadas. A implementação de políticas de economia verde em Moçambique, a conscientização e participação das comunidades locais e relação institucional coesa, contribui para uma melhoria significativa nos indicadores de desenvolvimento sustentável, ainda que de forma parcial, pois os efeitos positivos foram observados, mas de forma restrita.

Verificou-se que Moçambique já possui políticas e estratégias alinhadas com a economia verde, mas a sua aplicação permanece restrita devido à escassez de recursos e fragilidades institucionais. Os impactos observados mostram avanços significativos, sobretudo em sectores ligados ao ambiente e as energias renováveis.

Comparando com o quadro internacional (relatórios do PNUD e Banco Mundial), de modo particular com os ODS, percebe-se que Moçambique tem alinhado parte das suas políticas em algumas áreas-chave dos ODS, concretamente ao ODS7 (Energia limpa e acessível) e ODS13 (Acção Climática), mas precisa reforçar a articulação entre políticas económicas, ambientais e sociais. A conscientização pública sobre o ambiente, incentivos fiscais verdes e parcerias público-privadas pode acelerar o processo de transição.

Conclui-se deste modo que, para a implementação da economia verde se torne verdadeiramente um fio condutor do desenvolvimento sustentável em Moçambique, é necessário o comprometimento institucional, fortalecimento de capacidades locais e envolvimento activo das comunidades na construção de soluções sustentáveis.

Além de responder o problema de pesquisa, este estudo contribui para o debate sobre a viabilidade do modelo de economia verde em Moçambique, ao evidenciar tanto as potencialidades quanto as barreiras que condicionam a sua implementação. A principal contribuição reside na análise integrada das dimensões políticas, económicas, sociais e ambientais, fornecendo subsídios para formuladores de políticas públicas e privadas. Contudo, reconhece-se como limitação a restrição de dados actualizados, como é o caso da matriz energética, terras agrícolas, e a abrangência da investigação, o que indica a necessidade de estudos futuros mais aprofundados, com enfoque empírico e comparativo,

capazes de explorar de forma detalhada os mecanismos de financiamento e as experiências locais de sucesso.

## **5.2.RECOMENDAÇÃO**

Com base nos resultados acima sumarizados, recomenda-se a tomada de algumas medidas que podem ser adoptadas para uma implementação eficaz do modelo de economia verde no desenvolvimento sustentável em Moçambique, nomeadamente:

1. Fortalecer a parceria entre sectores público, privado, ONGs e comunidades locais;
2. Diversificação da matriz energética: aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética é fundamental para reduzir a dependência de combustíveis fósseis e mitigar os impactos das mudanças climáticas.
3. Promoção da agricultura sustentável: aumentar a produtividade através do incentivo das práticas agrícolas sustentáveis, que pode reduzir a degradação do solo e melhorar a segurança alimentar.
4. Ajustes fiscais para incentivar tecnologias verdes, penalizar práticas poluentes e actualizar o PAEV com metas claras.
5. Criar fundo nacional específico.
6. Aumentar investimento financeiro em pesquisa e inovação ambiental.
7. Reforçar educação ambiental, pois a educação transforma comportamentos e estimula práticas sustentáveis.
8. Fortalecer sistema de monitoria e avaliação das políticas e regulamentação.
9. Investimento em infraestrutura verde: construir infraestrutura que promova a sustentabilidade, como sistemas de transporte público eficientes e edifícios verdes, é essencial.
10. Cooperação internacional: cooperação com outros países pode facilitar o acesso a tecnologias, conhecimentos e financiamento para implementar projetos de economia verde.

A economia verde deve ser tratada como paradigma de desenvolvimento, não como um projecto isolado.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ADAMS, W. M. (1997). *Green development: environment and sustainability in the Third World*. Londres: Routledge.

ALMEIDA, L. T. de; (2012). Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. *Estudos avançados* 26 (74), p.93-103.

AP NEWS (2024). African farmers look to the past and the future to address climate change. Disponível em: <https://apnews.com/article/e0edfba75053cad02097f2e5bfe528fd?> Acessado no dia 26 de Agosto de 2025

BATISTA, B., et al. "Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista." *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados 2* (2021): 13-36.

BELINKY, A. Rumo à Rio 2012: considerações sobre a 1ª reunião interseccional preparatória. São Paulo: Instituto Vitae Civilis, 2011.

Brundtland, G. H. (1987). *Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development*. United Nations.

CELLARD, A. análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: vozes, 2008.

COUTINHO, C. P. (2011). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática. In: Batista, B., et al. "Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista." *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados 2* (2021): 13-36.

De OLIVEIRA, C.C e SAMPAIO, R. S. (Orgs). **A ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A governança dos atores públicos e privados**. Rio de Janeiro. 2011

ENDE (ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO: 2023-2042). MEF. Maputo, Moçambique. 2022.

ESTENDER, A. C e PITTA, T. Conceito de Desenvolvimento sustentável. **Revista Terceiro Setor**, v. 2, n. 1, p. 22-28, 2008. [Consultado: 11 de março de 2024]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417504001>

FAO. Agroecology: The future of Sustainable farming. 2023. ]. Disponível em: <https://www.fao.org/>

GIL, Antonio Carlos. *Metodos e técnicas de pesquisa social*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010

HAIR, J.F., et al (1998). Multivariate data analysis. Upper Saddle River: Prentice Hall. In: Borin, et al. "Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações." Revista de Administração - RAUSP, vol. 43, no. 4, 2008, pp.289-300. [Consultado: 04 de Outubro de 2024]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=223417504001>

Hill, M. M. Desenho de questionário e análise dos dados - alguns contributos. In Metodologia de Investigação em Ciências Sociais da Educação. Edições Húmus. 2014

INE (Instituto Nacional de Estatística). (2023). ANUÁRIO ESTATÍSTICO. Maputo, Moçambique: Instituto Nacional de Estatística.

IPCC. (2018). *Global Warming of 1.5°C*. Intergovernmental Panel on Climate Change.

KAMIENSKI, Carlos, et al. "Caracterizando propriedades essenciais do tráfego de redes através de técnicas de amostragem estratificada." SBRC, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. \_\_\_\_\_. **Técnicas de pesquisa**, v. 6, 1999.

MEADOWS, D. Indicators and Informations Systems for Sustainable Development. Hartland Four Corners: The Sustainability Institute, 1998

MICOA. (2012). *Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação às Mudanças Climáticas*. Ministério para Coordenação da Ação Ambiental, Moçambique

MIKHAILOVA, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Economia e Desenvolvimento**, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>. Acesso em: 11 mar. 2024.

MITUR (2006), Plano de Maneio da reserva de Maputo. 2001 – 2006. Maputo

MORGADO, J. C. O Estudo de Caso na Investigação em Educação (4.a ed.). De Facto Editores. 2013

MUNDO, Transformando Nosso. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Recuperado em**, v. 15, p. 24, 2016.

NHANTUMBO, I. and IZIDINE, S. (2009). Preparing for REDD in dry land forests: Investigating the options and potential synergy for REDD payments in the miombo eco-region (Mozambique country study). International Institute for Environment and Development (IIED), London, UK.

(OS, VOLUNTÁRIO SOBRE. Objetivos de desenvolvimento sustentável. 2017. **Acesso em Março de**, 2024. Disponível em: [https://actbr.org.br/uploads/arquivo/1187\\_1o-relatorio-nacional-voluntario-sobre-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf](https://actbr.org.br/uploads/arquivo/1187_1o-relatorio-nacional-voluntario-sobre-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf))

PAEV (Plano de Acção para a Economia Verde), Período de Transição. 2013 – 2014. MICOA

PNUMA, 2008, Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza. Disponível em: <<<https://www.greeneconomycoalition.org/>>>. Acesso em: 18/03/2024.

PNUMA. (2015). Economia Verde: Um Caminho para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://www.unenvironment.org/resources/report/green-economy-pathway-sustainable-development>

RODRIGUES, I. N & LUMERTZ, E. S. dos Santos. A ECONOMIA VERDE COMO VETOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. v.11 n.21 p.107-134, Belo Horizonte. 2014

RUSTANGY, K. C e NHENGE, V. Economia: Globalização e Desenvolvimento 2, “cap.18: UMA ANÁLISE EMPÍRICA E DOCUMENTAL SOBRE O ESTADO DE IMPLEMENTAÇÃO DA ECONOMIA VERDE EM MOÇAMBIQUE: REALIZAÇÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS (2010-2020)”, p. 252-262. Ponta Grossa.2022.

Sachs, J. D. (2015). *The Age of Sustainable Development*. Columbia University Press.

SAWYER, Donald. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável? Política Ambiental/Conservação Internacional – Economia Verde: Desafios e oportunidades. Belo Horizonte: Conservação In ternacional, 2011, n. 08, jun. 2011, pp. 36-42. disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/265921448>

SILVA, L., et al. "Economia verde e a agricultura familiar: um debate necessário." In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 20., 2013, Manaus. Anais... Manaus: Cofecon: Corecon, 2013. 1 CD-ROM., 2013. Disponível: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=silva+et+al+economia+verde&btnG](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=silva+et+al+economia+verde&btnG), Acesso em: 11 mar. 2024.

Sociology Group (2020), Economia verde. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/economia-verde/>

TAYRA, Flávio. O conceito do desenvolvimento sustentável. **Revista de Economia & Desenvolvimento Sustentável**, v. 1, São Paulo, USP, 2007.

WAINER, J. *Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da computação*. Instituto de Computação – UNICAMP. Disponível em: <http://.www.pucrs.br/famat/viali/mestrado/mqp/material/textos/Pesquisa.pdf>.Acedido Abril de 2024

World Bank Group. *Mozambique - Country Climate and Development Report (English)*. Washington, D.C.: World Bank Group. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/099113023154021937>



## ANEXOS

### ANEXO 1: ENTREVISTA

Tema: **Implementação do modelo de Economia verde para o Desenvolvimento Sustentável: caso de Moçambique, 2013 - 2023**

Esta entrevista visa colectar informações sobre percepções, desafios e oportunidades associados à implementação da economia verde em Moçambique durante o período em alusão.

**Secção 1:** *Identificar políticas e estratégias existentes relacionadas à economia verde em Moçambique*

1. **Quais são as principais políticas e estratégias implementadas em Moçambique entre 2013 a 2023 para promover a economia verde?**

---

---

---

2. **Como descreveria a evolução dessas políticas e estratégias ao longo desse período? Houve mudanças significativas? se sim, Quais?**

---

---

---

3. **Quais foram os principais desafios encontrados na implementação dessas políticas e estratégias? Como foram superados?**

---

---

---

4. **Existem projectos ou programas específicos que destacarias como exemplos de sucesso na implementação da economia verde?**

---

---

---

**Secção 2: Avaliar o impacto potencial da implementação do modelo de Economia Verde**

**5. Na sua opinião, qual é o impacto mais significativo da implementação do modelo de economia verde no desenvolvimento económico de Moçambique?**

---



---



---



---

**6. Como estas iniciativas tem influenciado o desenvolvimento social, por exemplo, em termos de geração de emprego ou melhoria de qualidade de vida?**

---



---



---



---

**7. Quais impactos ambientais perceptíveis resultaram da adopção de práticas de economia verde? Houve avanços na conservação e uso sustentável dos recursos naturais?**

---



---



---



---

**8. Existem indicadores ou métricas específicos usados para medir esses impactos? Poderia compartilhar alguns exemplos?**

---



---



---



---

**9. A instituição está neste momento dotada da informação sobre os indicadores:**

Percentagem de energia renovável na matriz energética	Percentagem de terras agrícolas utilizando práticas sustentáveis	Taxa de reciclagem	Área total de florestas protegidas	Percentagem da força de trabalho em sectores verdes	Investimentos públicos em infraestrutura sustentável	Percentagem da população com acesso à educação ambiental	Acesso à água potável e saneamento básico (% pop.)	Percentagem de exportações provenientes de sectores verdes
---	--	--------------------	------------------------------------	---	--	--	--	--

**10. Das comunidades que tiveram o privilégio da implementação deste modelo (Economia verde), poderias citar pelo menos 3 que lograram sucesso?**

---

---

---

---

**Secção 3: Propor recomendações para a efectiva implementação do modelo de economia verde**

**11. Quais seriam suas principais recomendações para melhorar a implementação das políticas de economia verde em Moçambique?**

---

---

---

---

**12. Qual é o seu ponto de vista sobre a parceria entre diferentes partes interessadas (Governo, sector privado, ONGs, comunidades locais) na promoção de uma economia verde mais eficaz?**

---

---

---

**13. Que papel a educação e a conscientização pública desempenham na ampliação e fortalecimento do modelo de economia verde?**

---

---

---

**14. Acredita que há necessidade de novas políticas ou ajuste nas existentes para melhor integração económica, social e ambiental? Se sim, quais?**

---

---

**15. Há mais alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre o tema que não tenhamos abordado?**

---

---

Muito obrigado pela atenção dispensada!



## ANEXO 2: QUESTIONÁRIO

Tema: **Implementação do modelo de Economia verde para o Desenvolvimento Sustentável: caso de Moçambique, 2013 - 2023**

Este questionário visa colectar informações sobre percepções, grau de conhecimento da comunidade em práticas associadas a economia verde.

**Instruções:** Por favor responda as seguintes perguntas de acordo com o seu conhecimento e experiência sobre o tema, colocando **X** na resposta que lhe convém. Estas respostas serão mantidas em sigilo e usadas apenas para fins da pesquisa.

### Secção 1: *Dados gerais*

#### 1. Qual é a sua faixa etária?

- Menos de 20 anos
- 20 a 35 anos
- 36 a 50 anos
- Acima dos 50 anos

#### 2. Qual é o sexo

- Masculino
- Feminino

#### 3. Nível de Escolaridade

- Sem instrução
- Nível Básico
- Nível Médio
- Técnico Profissional
- Nível Superior
- Outro: \_\_\_\_\_

## Secção 2: Conhecimento sobre Economia Verde

4. Economia verde é um modelo de economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz os riscos ambientais, a escassez ecológica e pobreza. **Já ouviu falar do termo “economia verde”?**

- Sim
- Não
- Parcialmente

5. **Onde ouviu falar?**

- No Bairro
- Na Escola / Universidade
- Na TV / Rádio
- Internet
- Outro: \_\_\_\_\_

6. **Na sua comunidade há praticas ligadas a Economia Verde**

- Sim
- Parcial
- Não
- Talvez, não sei dizer.

7. **Que tipo de acções na sua comunidade poderiam estimular a economia verde? (Cita 2 relevantes)**

- Campanha de sensibilização ambiental
- Incentivo financeiro
- Apoio a pequenos negócios verdes
- Treinamento do pessoal
- Outro: \_\_\_\_\_

8. **Quais práticas sustentáveis já viu implementadas na comunidade?**

- Energia Solar
- Agricultura Sustentável
- Reciclagem e Gestão de resíduos
- Nenhuma
- Outra: \_\_\_\_\_

**9. Acredita que essas práticas contribuem para o desenvolvimento sustentável?**

- Sim
- Parcialmente
- Não.

**10. Essas práticas são apoiadas por:**

- Governo
- ONGs
- Empresas Privadas
- Não sei
- Outro: \_\_\_\_\_

**Secção 3: Impacto no Desenvolvimento Económico, Social e Ambiental**

**11. Como você descreveria o progresso da sua comunidade durante a implementação de economia verde?**

- Muito significativo
- Significativo
- Moderado
- Pouco significativo
- Nenhum progresso

**12. Quais sectores você acredita terem demonstrado progresso na adopção de práticas de economia verde? (Selecione três)**

- Agricultura
- Água e Saneamento
- Energia
- Transporte
- Indústria
- Turismo
- Educação
- Saúde

Outro: \_\_\_\_\_

**13. Qual foi o impacto económico mais significativo observado com a implementação do modelo de economia verde?**

- Criação de empregos verdes
- Aumento do poder de compra
- Aumento do custo de vida
- Aumento da Produtividade
- Aumento da produção
- Redução de Custos
- Nenhum
- Outro: \_\_\_\_\_

**14. Quais impactos ambientais positivos observou com a implementação da economia verde até agora? (Selecione todas que se aplicam)**

- Melhoria na qualidade de ar e água
- Acesso à energia limpa (solar)
- Redução de poluição
- Apoio à agricultura sustentável
- Conservação da biodiversidade
- Nenhum
- Outro: \_\_\_\_\_

**15. Quais impactos ambientais negativos observou com a implementação da economia verde até agora? (Selecione todas que se aplicam)**

- Deslocação forçada
- Perda de terras agrícolas
- Perda da qualidade do solo
- Poluição persistente
- Exclusão de grupos vulneráveis
- Nenhum
- Outro: \_\_\_\_\_

**16. Em que medida a implementação do modelo de economia verde contribuiu para o desenvolvimento social na comunidade? (Por exemplo: melhoria da qualidade de vida, igualdade social, etc.)**

- Contribuiu significativamente
- Contribuiu moderadamente
- Contribuiu pouco
- Não contribuiu
- Não sei

**17. A implementação do modelo de economia verde na sua comunidade ajudou a melhorar o sector:**

- Educação
- Saúde
- Transporte
- Estradas
- Infraestrutura
- Água e Saneamento
- Agricultura
- Energia
- Não sei

**18. A implementação do modelo de economia verde teve mais impacto na dimensão:**

- Ambiental
- Económica
- Social

**Secção 4: recomendações e sugestões para uma implementação efectiva do modelo economia verde**

**19. Quais são os principais obstáculos para a implementação eficaz da economia verde em Moçambique? (Selecione todas que se aplicam)**

- Falta de financiamento
- Falta de infraestrutura
- Falta de vontade por parte do governo

- Baixa conscientização pública
- Lacunas nas políticas governamentais
- Restrições tecnológicas
- Resistência comunitária
- Outro: \_\_\_\_\_

**20. Que estratégias ou soluções sugere para superar os obstáculos? (Selecione todas que se aplicam)**

- Aumento de investimentos financeiros
- Promoção de formação e capacitação da força de trabalho
- Incentivos fiscais e financeiros para práticas sustentáveis
- Melhoria das políticas e regulamentações
- Fortalecimento das Parcerias público-privado e internacionais
- Outro: \_\_\_\_\_

**21. Como avalia a colaboração entre o Governo, sector privado e comunidade no sucesso da implementação da economia verde?**

- Extremamente essencial
- Muito essencial
- Moderadamente essencial
- Pouco essencial
- Não essencial

**22. Quais são as suas expectativas para o futuro da economia verde em Moçambique nos próximos anos? (Selecione todas que se aplicam)**

- Crescimento acelerado do uso de energias renováveis
- Aumento da reciclagem e gestão sustentável de resíduos
- Desenvolvimento de infraestruturas sustentável
- Maior investimento em pesquisa e inovação ambiental
- Outro: \_\_\_\_\_

**Secção 5: Comentários Adicionais**

**23. Por favor, compartilhe quaisquer comentário ou sugestão adicional sobre como Moçambique pode continuar a avançar no desenvolvimento sustentável através da economia verde:**

---

---

---

---

---

---

---

Muito obrigado por participar deste questionário. Suas contribuições são extremamente valiosas para nossa pesquisa.

Se estiver interessado em receber os resultados deste estudo, por favor deixe seu e-mail:

---